



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**SÔNIA MARIA VASCONCELOS BORGES**

**RECOLHIMENTOS E CONVENTOS: EDUCAÇÃO PARA A  
SUBMISSÃO (1739 A 1773)**

Salvador  
2013

**SÔNIA MARIA VASCONCELOS BORGES**

**RECOLHIMENTOS E CONVENTOS:  
EDUCAÇÃO PARA A SUBMISSÃO (1739 A 1773)**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Maria da Franca Rocha

Salvador  
2013

**SÔNIA MARIA VASCONCELOS BORGES**

**RECOLHIMENTOS E CONVENTOS: EDUCAÇÃO PARA A  
SUBMISSÃO (1739 A 1773)**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de pedagogia da  
Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Data da Aprovação:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Maria da Franca Rocha (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sara Martha Dick

Universidade Federal da Bahia

---

Prof<sup>a</sup>. Andréa Reis de Jesus

Universidade Federal da Bahia

A

pessoa mais especial da minha vida, Waterlor o meu querido esposo, por todo o seu amor, carinho, compreensão e incentivo durante a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus filhos, Anderson, Waterlor Junior e Vanessa, meus tesouros aqui na terra, pelo carinho e apoio dado durante todo esse trabalho.

Aos meus queridos netos, Marcelo e Marina, anjos e presentes de Deus em minha vida, pelo companheirismo, carinho e amor.

A minha Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Maria da Franca Rocha, que dedicou uma parte do seu tempo me orientando com muita paciência, sabedoria e amizade ao longo desse período.

E a todos os meus colegas de turma pelo carinho recebido e em particular a querida colega e amiga Dilza que sempre esteve presente junto comigo nesta longa jornada.

BORGES, Sônia Maria Vasconcelos. *Recolhimentos e Conventos: educação para a submissão (1739 a 1773)*, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

## RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como objetivo analisar e discutir a educação dada às mulheres no período colonial oferecida na família, como também nos recolhimentos e conventos destacando como essa educação pode contribuir para acentuar a subordinação e submissão das mulheres na sociedade patriarcal.

A pesquisa é de cunho bibliográfico, utilizando livros, dissertações, artigos que fornecem dados relevantes sobre o tema. Apesar da escassez dos estudos sobre a educação das mulheres no período colonial, examinamos as condições sociais e educacionais vividas pelas mulheres naquela época.

A educação das mulheres não era algo reconhecido como necessário, mas supérfluo pela sociedade patriarcal; era essencialmente realizada no ambiente doméstico, restringindo-se ao aprendizado das habilidades básicas de leitura, escrita, doutrina cristã, prendas domésticas (trabalhos agulha e linha) e em alguns casos a música.

Ao ingressarem nos recolhimentos e conventos as mulheres recebiam uma educação para a vida religiosa, e, em alguns casos, a preparação para o matrimônio.

Apesar dos recolhimentos e conventos serem espaços presididos por regras disciplinarizadoras, com vigilância constante, ocorria transgressões a essas ordens.

Palavras chave: educação; mulheres; conventos; recolhimentos; reclusão.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CETEBA	Centro de Educação Técnica da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>PROBLEMA.....</b>	<b>10</b>
<b>OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>12</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>12</b>
<b>1. A EDUCAÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA.....</b>	<b>14</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NOS RECOLHIMENTOS/ CONVENTOS.....</b>	<b>29</b>
<b>3. TRANSGRESSÕES DAS MULHERES NOS CONVENTOS.....</b>	<b>39</b>
<b>4. CONVENTO DA SOLEDADE: EXEMPLOS DE ALGUMAS PRÁTICAS PRESENTES NA EDUCAÇÃO FEMININA. ....</b>	<b>47</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>



## INTRODUÇÃO

A escolha do tema tem uma vinculação com uma experiência de vida relacionada com a minha formação educacional e profissional. Essa experiência foi lá pela década de 1960/1970, período que vivi momentos marcantes e que determinaram muito a minha escolha profissional.

Fui aprovada em um concurso público, do Banco do Estado da Bahia S.A, na cidade de Alagoinhas-Ba, interior onde nasci e decidi encarar o desafio de seguir uma carreira mais procurada pelo sexo masculino, naquela época. Passados alguns anos fui promovida por “merecimento”, para exercer o cargo comissionado de Caixa Executivo, função até então só exercida naquela agência, por funcionários do sexo masculino. Fui então a primeira mulher a exercer essa função na agência de Alagoinhas-Ba.

Enfrentei barreiras, discriminação, pressão e brincadeiras de mau gosto, sempre depreciando a minha capacidade de desempenhar bem a função que estava exercendo. Na minha família, meus pais me educaram dizendo que eu tinha que dar prioridade aos estudos, com o único objetivo de casar-me, ser boa esposa, boa mãe, ser educada, dócil e dependente do pai e conseqüentemente do esposo. Estudei desde pequenina em colégio de freiras, essencialmente feminino e ao longo dos anos tornei-me uma pessoa tímida, retraída, de poucas palavras, e, portanto, fragilizada para enfrentar meu trabalho no banco.

Durante o período que estudei num convento de freiras vivenciei uma educação diferenciada, somente para meninas, uma educação cheia de preconceitos, limitações e que foi determinante na construção da minha identidade, personalidade e na minha escolha profissional.

Ao ingressar na Universidade Federal da Bahia, no curso de Pedagogia frequentei a disciplina de Pesquisa e Educação que exigiu realizar o trabalho para preparação do projeto de pesquisa. Nesse momento comecei a refletir sobre a questão da educação da mulher e resolvi realizar um estudo sobre a educação feminina.

No passado as experiências femininas não eram muito estudadas pelos historiadores, por muito tempo foi considerado um assunto supérfluo, sem importância. No período colonial são raras as informações que se tem e as que

temos são resultantes de cronistas, viajantes, com uma visão masculina e preconceituosa, e alguns historiadores procuram, na atualidade, por meio de suas pesquisas, questionar muitos aspectos.

Essas inquietações aumentaram o meu interesse pelas leituras a respeito do assunto, e de grande importância para o campo educacional, uma vez que os conhecimentos produzidos contribuem para se conhecer a história das mulheres, realizando interpretações sobre essa história passada, compreendendo como foram oprimidas e discriminadas na sociedade patriarcal, que consolidou imagens, construções distorcidas e preconceituosas no imaginário social.

A relevância do estudo nos permite reconstruir o processo de identidade das mulheres: o seu modo de vida, suas atividades no campo social e educacional, e os diversos caminhos trilhados nessa época que foi muito difícil e tortuoso.

As mulheres que pertenciam às classes sociais mais elevadas tiveram maiores oportunidades de se educarem, por um processo lento e descontínuo. Eram protegidas mais pelo status que a sociedade lhes atribuía, do que pela riqueza que propriamente possuía. Tinham um estilo de vida muito próprio, bem diferente de outros grupos sociais da época; faziam parte de uma elite cultural, participando de atividades sociais e assistenciais, e de encontros e manifestações artísticas, literárias e culturais, que eram oferecidos em seu círculo social. Elas participavam dessas atividades sociais, se divertiam nas festas diferenciando-se da maior parte das mulheres negras, mulatas, brancas e pobres, ex-escravas, que tinham que dar duro, trabalhando para a sua sobrevivência.

É importante que este trabalho de pesquisa bibliográfica contribua para entender questões do presente, pois o diálogo com o passado é elemento esclarecedor de muitas questões da atualidade. Em relação à reclusão feminina a literatura sobre o assunto nos ajudará a atentar para os diversos papéis e significados da prática de clausura feminina.

## PROBLEMA

Em virtude da formação que tive, observei ao longo dos anos que muitos traços da minha personalidade feminina foram construídos a partir da formação que obtive na minha família, na escola, formação esta marcada, para não ser “mulher independente”, mas para casar, ser boa esposa e boa mãe.

O processo de emancipação da mulher foi muito longo, enfrentando numerosas barreiras, inclusive com relação à educação. Somente em 1970, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1961) que o curso secundário normal, com predominância feminina, foi equiparado e deu direito às normalistas realizarem vestibular para ingressar no curso superior.

No final do ano de 1971 concluí o curso secundário normal, em uma instituição religiosa denominada Missionária do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada, na cidade de Alagoinhas/Ba, onde obtive o diploma de professora primária. Logo depois fiz vestibular e fui aprovada para um curso decorrente de convênio firmado entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA) voltado só para mulheres, sob a denominação de Educação para o Lar, com Licenciatura para o ensino de primeiro grau, que tinha entre as disciplinas obrigatórias: fundamentos de economia doméstica, nutrição, puericultura e higiene, desenho e audiovisual, dentre outras. A formação estava direcionada somente para mulheres e assim veio a reforçar a formação que obtive anteriormente na instituição religiosa. Concluí o curso em 1975 e para surpresa da minha família, decidi ingressar numa profissão burocrática no Banco do Estado da Bahia, numa função até então mais procurada e exercida pelo sexo masculino, indo de encontro a minha formação recebida.

Essas minhas vivências foram importantes para perceber que desde um passado longínquo, a sociedade brasileira conferiu ao homem uma posição de poder, exercendo sua autoridade sobre a família. O papel da mulher era se dedicar ao lar, e educar os filhos sempre em posição de submissão. Até hoje ouvimos ditado popular: “lugar de mulher é na cozinha” que vem sendo repetido através de várias gerações e muitas vezes aceito sem muitos questionamentos.

Essa questão me levou a realizar leituras sobre a educação das mulheres, para entender o seu processo de discriminação. A literatura salientava que elas

eram tratadas como pessoas inferiores, subalternas ao homem. Raramente apareciam em público e quando apareciam deveriam andar cabisbaixas, caladas e com o rosto coberto com véu.

Essa postura e imposição presentes desde a sociedade patriarcal no período colonial tornavam difícil que as mulheres extrapolassem o espaço doméstico. A Igreja, por sua vez, endossava e colaborava para que a mulher continuasse na condição de submissão, serventia e passividade. Para isso criava regras de condutas em suas obras, prontuários, catecismo, que pregava que a mulher devia amor, obediência, fidelidade, paciência e assistência ao seu marido, e que este era o cabeça do casal; e ainda inculcava a ideia de que a mulher desobediente ao marido deveria ser castigada.

Tais conhecimentos sobre a situação de submissão das mulheres, de sua condição de inferioridade na sociedade colonial em que o poder era conferido ao homem, despertaram-me questionamentos: Que educação as mulheres receberam nesta sociedade colonial, em especial na família? Que educação as instituições católicas ofereciam às mulheres, quando entravam para os recolhimentos e conventos?

Um dos exemplos que utilizaremos para compreender a educação das mulheres em uma instituição católica é o Convento do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade, localizado em Salvador e criado no período colonial.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender como ocorreu a educação das mulheres na sociedade colonial, oferecida na família e nas instituições católicas, como os recolhimentos e conventos.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1- Explicar de que maneira as mulheres foram educadas no seio da família colonial.
- 2- Interpretar como a educação feminina oferecida nos recolhimentos e conventos contribuía para acentuar a sua condição de subordinação. Para exemplificar algumas práticas educativas escolhemos o Convento do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade, em Salvador/Ba.
- 3- Discutir se ocorreram ou não transgressões das mulheres na educação que foi oferecida nos recolhimentos e conventos.

Optei por fazer um estudo de caráter bibliográfico sobre a educação das mulheres nos recolhimentos e conventos na época colonial, com o objetivo de conhecer melhor o assunto, já que fui educada num convento de freiras, com currículo diferenciado, só para meninas e como essa educação influenciou no meu processo educativo.

Neste sentido, minha pesquisa se apoia em fontes secundárias, livros, dissertações e teses que analisaram a educação feminina nas instituições religiosas, recolhimentos e conventos.

Faremos uma análise das obras que trataram do assunto e nelas observaremos as fontes primárias que foram utilizadas, por exemplo, correspondências, diários, estatutos que permitiram compreender a história das mulheres nos recolhimentos e conventos no período colonial. Como utilizaremos o Convento da Soledade para exemplificar algumas práticas educativas das mulheres,

o marco inicial do período é o ano de 1739, data de criação do recolhimento até o ano de 1773, época em que a instituição religiosa foi reconhecida como convento.

Para o desenvolvimento do tema proposto, estruturamos a referida monografia em quatro capítulos, que se articulam entre si e nos leva aos objetivos propostos:

No primeiro capítulo intitulado “A educação da mulher na família”, tratamos da educação que as mulheres recebiam na família colonial, e o papel que essas mulheres ocupavam no seio familiar, recebendo uma formação para adquirir comportamento com essa condição de submissão e inferioridade.

No segundo capítulo, “A educação das mulheres nos recolhimentos e conventos” procuramos interpretar o modo de vida das mulheres nos claustros, a educação recebida, as atividades devocionais, os deveres, as obrigações das reclusas para a vida religiosa como para a vida matrimonial, obedecendo as regras que regiam os estatutos dessas instituições religiosas.

No terceiro capítulo, “Transgressões das mulheres nos conventos” trataremos sobre as transgressões ocorridas nos conventos, espaços considerados contraditórios e profanos, que reinava muita indisciplina e desorganização, contrariando as regras estabelecidas nos conventos.

E por fim no capítulo “Convento da Soledade: exemplos de algumas práticas presentes na educação feminina” abordamos experiências vividas pelas educandas no Convento, o permitido, o proibido, o modo de vida das reclusas, as festividades religiosas, e as práticas devocionais em busca da perfeição.

## 1. A EDUCAÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA

Esse capítulo tem o objetivo de tratar da educação da mulher oferecida na família patriarcal. O papel da mulher era de governar a sua casa e fazer a felicidade do marido e dos filhos. A mulher sempre foi marcada e diferenciada pela sua inferioridade, imagem essa presente no sistema patriarcal. No período datado entre os séculos XVI ao XIX, época em que o Brasil era colônia de Portugal, a educação das mulheres ocorria em espaço privado, na esfera familiar.

A desigualdade entre os gêneros reproduz a discriminação que é manifestada na vida social, seja ela pública ou privada.

A construção dos gêneros se dá através das relações sociais e esta construção é realizada pelas instituições como a família, a escola e a igreja, que através dos seus valores culturais dão forma e papéis distintos entre homens e mulheres. A ideologia é moldada pelas experiências e práticas da vida cotidiana e nelas está enraizada o valor simbólico, que gera percepções diferenciadas e onde são definidos os limites, as normas de comportamento em sociedades diversas.(SAFFIOTI, 1992, p.210).

De acordo com Ribeiro (1997, p.79), “o sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria a qual pertenciam às mulheres, crianças e doentes mentais”. A literatura da época refletia a mentalidade patriarcal, que era de manter a mulher com pouca ou nenhuma instrução; a desvalorização para com a mulher era tamanha que a maioria dos intelectuais da época afirmava que a mulher não precisava ler escrever e se possível nem falar, ou falar pouco; criavam até versinhos onde expressavam ideias e opiniões sobre as mulheres. A exemplo deste: “*Mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada.*” ( RIBEIRO, 2000, p.79)

No início da colonização o número de mulheres brancas na colônia era bastante reduzido, fato que contribuiu para as relações extraconjugais dos colonos com negras e índias, sendo praticado, portanto o concubinato e a bigamia pelos portugueses que chegaram ao Brasil deixando as suas esposas em Portugal.

O desejo do Estado era povoar a colônia com gente honrada, de bons princípios, daí a preocupação de enviar órfãs de boa linhagem para ali se casarem e constituírem família. Além da exploração da colônia, do povoamento e a introdução da escravidão dos negros e índios, os portugueses se preocuparam de imediato em

separar as mulheres em várias categorias: brancas, negras, livres e escravas, determinando assim diferenças entre elas, estipulando papéis femininos distintos, onde eram tratadas pelos homens de modos diferentes, de acordo com o seu status, cada uma em sua categoria.

A Igreja e a família representavam forte influência no controle da sexualidade feminina; durante a missa, os pais vigiavam atentamente as suas filhas para que não trocassem olhares ou mesmo flertasse com os meninos, controlando assim os seus desejos. As mulheres deveriam usar roupas decentes, sem decotes, com pudor, sem adornos e para alcançar a salvação tinham que ter filhos, doenças, padecer e ter muita fé e amor. A mulher era uma mistura de Eva, pecadora e santa, como podemos observar no seguinte trecho.

Quanto às mulheres, que tenham roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia; nem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; mas que se ornem, ao contrário, com boas obras, como convém a mulheres que se professam piedosas. Durante a instrução, a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que, com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade.(ARAÚJO, 1997, p.46).

No Brasil, desde os tempos coloniais, a família e a Igreja colaboravam e reforçavam as normas que induzia a submissão e opressão feminina; a família apoiada e orientada pela Igreja era um dos agentes responsáveis pela discriminação da mulher; na sociedade colonial as mulheres foram excluídas da precária educação formal que existia na Colônia com todo seu legado patriarcal, fortaleceu o poder masculino e fazia a divisão de papéis entre o homem e a mulher. Por longo tempo, as mulheres ficaram afastadas da educação formal, onde só recebiam educação doméstica, para realização dos afazeres domésticos. Para reforçar essa posição da mulher na sociedade colonial, a Igreja criava regras de conduta em suas obras, prontuários, catecismos onde pregava que a mulher devia obediência, amor, fidelidade, paciência e assistência ao seu marido, e que este era o cabeça do casal e ainda defendia a ideia que a mulher desobediente ao marido deveria ser castigada. A sociedade se encarregava de dar a mulher papéis que ela deveria ser obrigada a desempenhar, daí ser criado um modelo de “mulher ideal”, e predestinando à mulher de cumprir o papel de ser uma boa mulher, esposa e mãe.



A mulher ao casar-se, passava a ter por seu senhor o marido; o ato sexual não tinha como objetivo o prazer, mas a prole. O ideal de toda mulher casada era ter uma prole numerosa e o aborto voluntário era considerado crime. A mulher tinha que ser recatada e envergonhada e o homem tinha que se insinuar para sua esposa como marido, com respeito e moderação. Ao tornar-se mãe, honrada e casada na Igreja era valorizada, pois na visão da sociedade patriarcal, a maternidade era considerada apogeu da mulher. Nísia Floresta resalta:

Se há no mundo um título que enobreça a mulher, é sem dúvida o de mãe; é ele que lhe dá uma verdadeira importância na sociedade. Feliz aquela que o sabe dignamente preencher sentindo toda sua grandeza, todas as suas obrigações! Doces obrigações, cujo exercício tanto ameniza o fragoso caminho da vida e faz suportável o peso seu à triste, que a desgraça oprime! (FLORESTA, 1845 Apud LOBO, FARIA, 2008, p.117).

As solteiras eram consideradas “encalhadas”. A mulher pobre, ou escrava lutava para obter o seu sustento e para isso ocupava diversas funções como domésticas, costureiras, cozinheiras, lavadeiras e até profissões muito discriminadas como prostitutas e feiticeiras.

No jornal do Comércio, editado e publicado em 1888 durante o regime monárquico, foi divulgado algumas notas referindo-se a conduta da educação feminina, publicando os Dez Mandamentos, que reforçavam publicamente a submissão da mulher, bem como suas obrigações e cuidados com a vida doméstica. Tais mandamentos deveriam ser lidos 12 vezes ao dia:

- 1) Amai o vosso marido sobre todas as coisas;
- 2) Não lhe jurai falso;
- 3) Preparai-lhes dias de festas;
- 4) Amai-o mais que o vosso pai e a vossa mãe;
- 5) Não lhes atormente com exigências, caprichos e amuos;
- 6) Não o enganéis;
- 7) Não lhe subtraias dinheiro, nem gasteis este com futilidades;
- 8) Não resmungais, nem finjas ataques nervosos;
- 9) Não desejeis mais do que um próximo e que este próximo seja o teu marido;
- 10) Não exija luxo e não vos detenhas diante das vitrines.

Na sociedade colonial havia o preconceito com relação às mulheres de condição social inferior, tanto branca, como a negra, empobrecidas. Muitas vezes algumas mulheres eram forçadas a assumir definitivamente ou temporariamente papéis ditos “masculinos”, como administrar bens, criar gado, dirigir suas propriedades, na ausência ou morte dos seus maridos, desfazendo o mito de sexo frágil, contribuindo assim para o sustento da família.

A grande maioria das mulheres brancas empobrecidas sofria com a concepção de que servir era função de escrava e conseqüentemente negra, e por isso viviam em quase total miséria, pela vergonha de serem vistas e confundidas com as escravas, por isso saíam e trabalhavam quando realmente estavam necessitando e sempre às escondidas durante as madrugadas.

Muitas mulheres se submetiam e aceitavam humildemente as determinações dos pais, da família e da Igreja. Outras utilizavam da sua beleza, elegância, desenvoltura, graça, encanto, para manifestar sua sexualidade e atrair o olhar e desejo dos homens. As mulheres gostavam de serem notadas, de serem admiradas; a maneira de como se vestiam indicava o status que tinham; caprichavam nos penteados. Quantos aos seus trajes dentro de casa ficavam à vontade, em trajes finos e transparentes, mostrando os seios e o corpo, para chamarem a atenção. O autor ressalta:

E assim elas foram vistas por estranhos que não deixavam de notar, como Luiz dos Santos Vilhena, no final do século XVIII, ser hábito generalizado das mulheres “andarem dentro em suas casas em mangas de camisa, com golas tão largas que muitas vezes caem e se lhes veem os peitos”, além de “muitas vezes descalças e de ordinário sem meias, com camisas de cassa finíssima e cambraia transparente”. Pela mesma época um inglês confirma isso ao escrever que “o vestuário comum das senhoras é uma saia, que usam sobre a camisa. Esta é feita de musselina mais fina, sendo geralmente muito trabalhada e enfeitada”. E seu olhar não deixava de deslizar gulosamente por corpos à mostra e tão à vontade: a tal camisa é tão larga no busto que resvala pelos ombros ao menor movimento, deixando o busto inteiramente à mostra. Além disso, é tão transparente que se vê toda a pele, completa deliciado o inglês. (ARAUJO, 2001. pp.55,56).

O controle do pai sobre a família era rígido, e bastava um só olhar para que os filhos entendessem e obedecessem imediatamente; quando desobedeciam eram repreendidos ou castigados fisicamente. A mãe tinha a obrigação de conhecer bem a todos, para atender as suas necessidades e desejos. Ao sair de casa para ir à

missa as mulheres eram sempre vigiadas, sejam pelos pais, membros da família ou pessoas de confiança. Podemos refletir esse momento nas palavras do autor:

Corre a missa. De repente, uma troca de olhares, um rápido desvio do rosto, o coração aflito, a respiração arfante, o desejo abrasa o corpo. Que fazer? Acompanhada dos pais, cercada de irmãos e criados, nada podia fazer, exceto esperar. Esperar que o belo rapaz fosse bem intencionado, que tomasse a iniciativa da corte e se comportasse de acordo com as regras da moral e dos bons costumes, sob o indispensável consentimento paterno e aos olhos atentos de uma tia ou de uma criada de confiança (de seu pai), naturalmente. (Araújo, 2001, p.45).

No espaço da família, como mãe, esposa e filha sofriam com a repressão dos pais, dos maridos, tendo uma vida reclusa e de submissão, não tendo direito nem vontade própria, senão obedecer à vontade dos seus pais e maridos; houve casos desastrosos de pais e maridos assassinares suas filhas e esposas por suspeita de desonra ou adultério; muitos trancafiavam suas mulheres e filhas a sete chaves, subjugando-as cada vez mais. Partindo desses exemplos, os relatos de viajantes que por ali passavam iam difundindo essa imagem da mulher branca, de reclusa e submissa, subjugada ao homem, sem direito algum, impregnando fortemente essa impressão no imaginário brasileiro.

Com o passar dos anos, historiadores, antropólogos e sociólogos têm se dedicado a estudos mais detalhados sobre a vida e a educação feminina na colônia, utilizando-se de fontes diversas, acervos particulares, fontes alternativas que questionam a existência da mulher como um elemento visível e presente na história, procurando associar a mulher às diversas relações com a família, com a maternidade, a sexualidade, com o casamento, com todos os agentes históricos. São poucos os estudos até então, mas a tradição sempre associou a imagem da mulher à natureza e o homem à cultura, renegando a relação que sempre existiu entre eles.

A mulher sempre esteve presente na vida e na imaginação dos homens, seja como anjo, demônio, santa, feiticeira do bem ou do mal, educadora, esposa, mãe, filha, madrinha, tia, e tudo isso contribuiu para se reafirmar esse mito de submissão e reclusão da mulher. A historiografia vem acompanhando a educação e os movimentos na vida feminina e tem procurado romper com essa visão estereotipada imposta pela sociedade, de que a mulher sempre foi um ser submisso, opressivo e sem direito algum. Assim um novo espaço foi criado para a mulher e dois aspectos

foram priorizados: o esforço dos historiadores em acabar com os estereótipos sobre a reclusão e submissão das mulheres e a persistência de todos em analisar a mulher a partir da família, atrelando a sua história à história da família.

Os estudos mais recentes mostram que existiam muitas mulheres que não se submetiam aos pais e cônjuges; já existiam mulheres como cabeças de família, gerenciando seus próprios negócios, independentes dos homens:

A capitania de São Vicente foi administrada por D. Ana Pimentel, esposa de Martin Afonso de Souza, que, ao concluir sua instalação na Vila de São Vicente em 1533, retornou a Portugal: transmitindo os poderes de que se achava investido à sua mulher, D. Ana Pimentel, dama das mais altas qualidades e do mais subido valor. Sem a presença do marido, D. Ana, durante a sua gestão, mandou trazer ao Brasil as primeiras mudas de laranja, de arroz e do “gado vacum”, responsáveis hoje por grande parcela da economia do Brasil.(RIBEIRO, 2000, p.84).

Nos últimos vinte anos os historiadores tem se esforçado para recuperar dados sobre a vida cotidiana das mulheres na colônia e seguindo as ideias dos autores Gilberto Freyre, Paulo Prado, Alcântara Machado e outros do período que ao derrubarem o mito de reclusão e passividade feminina com as suas críticas pertinentes, acabaram criando outro mito: o da mulher rebelde ou vítima. Segundo os autores:

Raramente a mulher é registrada na documentação oficial, a não ser quando perturba a ordem estabelecida, quando desempenhou papéis que a sociedade não lhe atribuiu, ou se exacerbou no cumprimento do papel feminino é de extrema importância e não pode ser esquecido ao se consultar as fontes disponíveis. (LEITE, 1980 Apud ALGRANTI, 1993, p.59).

Procurando outro perfil da mulher brasileira, alguns historiadores e antropólogos comprovaram através de arquivos não somente a participação da mulher na história como também os seus exemplos de combate, resistência à dominação masculina, não deixando de citar que muitas mulheres se submetiam sim à dominação masculina em silêncio, sem rebeldia, reclusas e muitas eram enviadas aos recolhimentos. Algranti resalta:

Acostumada à sujeição e à obediência, a mulher, pupila eterna do homem, não muda de condição ao passar do poder do pai para do marido. Vive enclausurada em meio às mucamas, sentada no seu estrado, a cozer e lavar e fazer renda e rezar as orações, bons costumes em que se resume a sua educação.(MACHADO, Antônio, 1929 Apud ALGRANTI. p.55).

Quando se rompe com o mito da reclusão das mulheres, corre-se o risco de excluir da história aquelas mulheres menos ousadas, que foram em número significativo. A mulher pobre não se dava muita atenção, fosse ela branca, mulata, cabocla ou negra, pois o que contava era a posição que ocupava na colônia. Vale ressaltar que os historiadores da época só relatavam fatos se referindo à reclusão e dominação do homem sobre as mulheres, ignorando totalmente a diversidade dos papéis femininos na colônia. Existiam as mulheres fortes, que comandavam os seus escravos, denominadas machonas; existiam as letradas e instruídas chamadas veridianas ou as afrancesadas que liam romances; as independentes que não se submetiam a autoridade dos pais e cônjuges, as quais fugiam de casa para se casarem ou rompiam com os laços matrimoniais, através do divórcio; o casamento era uma instituição importante e marcante apenas para as mulheres da elite. Cabe resaltar as ideias de Gilberto Freyre:

Através de toda a época patriarcal, houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas, como as donas Joaquinas do Pompeu; energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as donas Franciscas do Rio Formoso, energia guerreira, como as das matronas pernambucanas que se distinguiam durante a guerra contra os holandeses.(FREYRE, Gilberto, 1977 Apud ALGRANTI,1993. p.60).

Era de extrema importância à condição de vida das mulheres, as suas condições financeiras e econômicas e as diferenças de raças; as mulheres tinham modos e comportamentos distintos e diferentes principalmente na resolução dos seus problemas e muitas vezes assumiam papéis totalmente opostos, diferentes, tanto para as brancas, negras, ricas ou pobres. Muitas mulheres utilizavam a reclusão como forma de resistência ao poder masculino, portanto quando falamos sobre a reclusão feminina não estamos ignorando o papel da mulher na sociedade, mas sim retomamos o seu papel, a sua função importante que exercia na sociedade e ao mesmo tempo mostrando duas faces: de um lado a mulher reclusa e submissa e de outro a mulher independente, que não aceitava o subjuogo dos pais e cônjuges.

Por longos e longos anos as mulheres foram educadas apenas para servir; enquanto o homem foi educado para assumir posições de controle e poder. As mulheres eram dominadas pelo pai ou irmão mais velho e quando estas se casavam o pai transmitia os seus direitos para o marido. Enclausuradas em casa, proibida de

sair, sem ter direito a estudar e aprender a ler. As meninas com 12 anos completos já podiam contrair o matrimônio, que era decidido pelo pai, que geralmente escolhia um homem bem mais velho, de trinta, sessenta ou mais anos. A própria Igreja permitia e estimulava esses casamentos precoces e se preocupava em vigiar os sentimentos das meninas no próprio confessionário questionando, perguntando se cometeram pecados, com pensamentos desonestos, sonhos profanos ou, se utilizavam palavras indecentes.

Os afazeres domésticos eram ensinados pela própria mãe ou madrinhas; eram educadas com rigor na família e depois que casavam eram submetidas à tirania dos maridos. O autor destaca:

A mulher deve estar sujeita a seu marido, deve reverenciar-lhe, querer-lhe e obsequiar-lhe, ...não deve fazer coisa alguma sem seu conselho. Seu principal cuidado deve ser instruir e educar a seus filhos cristãmente, cuidar com diligencia das coisas da casa, não sair dela sem necessidade e sem permissão de seu marido, cujo amor deve ser superior a todos, depois de Deus.(ARCENIAGA, 1724 Apud DEL PIORE, 1993, p.122).

As mulheres que pertenciam à elite tinham outro tipo de educação, além dos cuidados com os filhos e a casa, elas aprendiam como se comportar em público, como viver de maneira cortês e polida. Os pais que tinham maiores recursos financeiros, custeavam preceptoras que ministravam aulas de civilidade, música, literatura, história, geografia, desenho, pintura e economia doméstica, preparando-as assim, para vida em família. Já o homem para ter prestígio social precisava ter uma esposa e família digna. A família exercia um papel de relevância na sociedade colonial, conseqüentemente *“quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua tem, de saída a nossa franca antipatia.”*(DA MATTA, 1987, p.125)

Tratando-se da educação dos filhos, na fase da adolescência dava uma educação diferenciada. A educação das crianças era dada com atitudes desiguais, e os castigos eram dados com punições severas; as meninas educadas e criadas em ambiente patriarcal viveram sob a mais dura tirania dos pais e depois substituída pelos maridos; a menina tinha que ser acanhada e calada; os meninos, ao contrário não deviam ser tímidos, nem delicados; esperava-se rudeza, aspereza no trato com as meninas e escravos.

Os filhos (homens) desde cedo, ainda pequenos eram afastados das atividades domésticas e preparados para atividades econômicas, e as mulheres já eram preparadas desde cedo a viver em privacidade do lar em companhia da mãe, sendo preparadas para servir no futuro aos seus maridos e filhos. Os filhos viviam de modo coercitivo, sob as ordens do pai, que demonstrava claramente a sua autoridade masculina; era de fundamental importância criar e ensinar os bons costumes, oferecer uma excelente educação desde cedo às crianças, para que isso perdurasse depois de crescidos, conservando a boa educação recebida.

Cabia à mãe instruir os seus filhos com sabedoria e rigor e para isso não permitia que os filhos saíssem à rua com pessoas estranhas ou desacompanhados; as meninas aprendiam desde cedo a se manterem caladas, falando pouco, com discrição; não deveriam se vestir inadequadamente ou só para chamar a atenção do sexo masculino; não podiam ler romances, poesias, comédias que incentivasse o namoro, paixão, etc; a mãe que levava a filha para espetáculos de divertimentos como ópera e teatro estaria contribuindo para que a filha seguisse o mau caminho.

Toda a educação das meninas estava pautada em regras, que de acordo com os gestos, atitudes, lazer, a vestimenta de cada uma, as classificava como mulheres adequadas e inadequadas. Seguindo as regras da época, as mães adequadas procuravam manter as suas filhas dentro de casa, privando-as de quase tudo e preparando-as para a vida em família. As que por motivos diversos trabalhavam na rua para ganhar o seu sustento eram rotuladas como mulheres inadequadas.

Mas o convívio entre mães e filhos incluía no cotidiano castigos para combater os mimos excessivos, através de bolos, palmadas e beliscões, como também o lado positivo de contar histórias, acalentá-los, etc; Não faltava os conselhos e reclamações por atitudes erradas.

Os filhos, de acordo com a ordem de nascimento, tinham deveres e funções diferentes na administração familiar; o primeiro daria continuidade aos negócios do pai, o segundo iria estudar nas escolas jesuítas e posteriormente em Coimbra, o terceiro independente de vocação seria o padre da família, e os demais filhos do sexo masculino iriam ajudar o irmão mais velho na administração da propriedade. As meninas teriam destinos diferenciados e se casavam geralmente com 13 ou 14 anos, após as primeiras menstruações e eram entregue a homens de quarenta anos. O pai escolhia dentre elas, inclusive as mais saudáveis para casamentos arranjados e as restantes seriam enviadas aos conventos, tendo ou não vocação.

A sociedade colonial tinha uma concepção que para a mulher ser uma mãe ideal teria que se moldar as leis da época, onde eram classificadas em 2 grupos: adequadas e inadequadas, de acordo com os seus comportamentos e gestos. O modelo ideal era o de “santa-mãezinha”, onde a mulher tinha que ser uma mãe devota, dedicada aos filhos, obediente aos pais e marido, responsável pela educação dos seus filhos e temente a Deus.

A maternidade era considerada uma ligação de transmissão de valores na educação dos filhos. A mãe era o modelo exemplar, para imitação dos filhos; a educação feminina era dada de forma punitiva, como uma maneira de remissão, já que as mulheres praticaram o pecado original e para se redimir tinham o dever e obrigação de ser disciplinada e para isso instruía os seus filhos mais com seus bons exemplos, do que com palavras. Os laços que uniam mães e filhos eram tão profundos, que a palavra maternidade, era associada a dor, sofrimento e altruísmo.

O aleitamento era o laço afetivo muito forte entre mães e filhos, além de ser o alimento mais saudável para a criança. Aquelas mães que não queriam amamentar eram mal vistas, eram rotuladas como mães inadequadas e podiam ser responsabilizadas pela sobrevivência comprometida do filho, que poderia se tornar uma criança desnutrida, morrer na infância ou até se tornar um ser débil ou até mesmo doentio para o resto da vida. Já para as mães pobres, negras africanas, como não tinham acesso a essas orientações, e sem recursos financeiros ofereciam alimentos grosseiros tirados da própria alimentação que comiam; estes só faziam mal as crianças, provocando desnutrição e óbito. Manuel Arceniaga destaca:

Advertia-se “não só às cristãs, mas também às gentias...de que estavam obrigadas as mães a alimentar seus filhos a seus próprios peitos”. Seriam consideradas pecadoras aquelas que não o fizessem sem “outra causa que é a nobreza de sua própria comodidade”. Embora não se atrevesse a julgar tal falta como pecado “grave” ou “leve”, Arceniaga insistia que não perdoaria as que não o fizessem “para conservar-se mais galhardas”. Destas, os filhos tornar-se-iam dissolutos, pois não deviam dar “cordeiros” para serem criados por “cabras”. Aquela que “por justa causa” tinham que dar os seus filhos “a criar”, no mínimo deveriam “empregar toda a diligência” em achar uma boa ama de leite. (ARCENIAGA, 1724 Apud DEL PRIORE, 1993. p.251).

Outro cuidado que uma boa mãe tinha para com os seus filhos era a proteção contra bruxarias e demônios; para que eles não fossem atingidos por esses males faziam peregrinações, promessas, protegendo a si e aos seus filhos.



Através desse relacionamento materno com os filhos, seu apego, o cuidado, a proteção, a educação dada aos filhos fez da mulher o alicerce da família, apesar de ser rotulada a um ser submisso e frágil pelo imaginário masculino. A maternidade foi o identificador feminino, independente de cor e condição financeira.

Apesar de ser responsabilidade da mulher a educação dos filhos, ela tanto seguia como conservava a concepção patriarcal e hierárquica da época, instituindo os valores concebidos em relação aos gêneros, assim ela se autonormalizava, se escravizava, transformando-se em uma prisioneira da vida doméstica e de uma sexualidade reprimida.

No período colonial, a maioria dos casamentos tinha como base os interesses econômicos, em decorrência ocorria que ou o homem ou a mulher procurava relações amorosas fora do casamento; existia um alto índice de mulheres que traía seus maridos às escondidas e foram registrados inúmeros assassinatos de mulheres pelos seus próprios maridos, por causa do suposto adultério; quando as esposas eram surpreendidas pelos seus maridos praticando adultério, eram elas mesmas que recebiam o castigo e não seus amantes.

As mulheres deveriam seguir regras para que não caíssem em tentação e praticassem o adultério. Para isso elas teriam que seguir normas, tomando todos os cuidados, pois estava previsto nas leis, punição e castigo; mas só a mulher era punida, e quando não havia punição por parte da justiça, o próprio marido fazia justiça com suas próprias mãos. A lei dava coberturas e soltura ao marido que matava a esposa para salvar a sua honra, mesmo que o adultério não apresentasse provas, o marido não recebia nenhuma punição.

A prática do concubinato já era frequente e os homens costumavam manter a família legítima em casa e quando tinham amantes era mantida em outra casa, distante da família legítima:

Dizia Ana Rodrigues da Silva de seu marido: “sempre tem vivido em uma vida licenciosa primeiramente concubinado com Gertrudes de tal de quem teve 5 filhos e por falecimento desta passou a concubinar-se com Ignácia de tal com que vive teúda e manteúda tendo desta um filho ou filha com muito descaramento sem temos às leis de Deus, e do Soberano”. (SILVA, 1984, p.232).

Em se tratando da honra da mulher casada, quer do ponto de vista religioso ou jurídico, a desigualdade era evidente e recaía na mulher. Apesar de conscientes de que seriam castigadas caso cometessem adultério, as mulheres se arriscavam e praticavam esses pecados e crimes condenados pela igreja e Estado. Como nos informa o autor citado:

Não era, contudo, fácil para a mulher casada manter relações adúlteras, a não ser em três situações: a ausência do marido, a separação decretada pelo Tribunal Eclesiástico ou o contato frequente de clérigos. Maridos desconfiados, quando partiam em viagem ou, sendo militares, quando eram enviados para as capitâneas distantes, tinham o cuidado de deixar as mulheres em recolhimentos ou então entregues a algum familiar masculino de confiança. Mas mesmo pequenas ausências podiam dar ocasião a que o adultério fosse cometido em segredo. Senhor do engenho da Bahia, Jacinto Tomé de Faria ausentava-se com frequência da cidade para ir para as suas terras. Sua mulher, Ana Maria Joaquina da Purificação, nunca queria acompanhá-lo, nem mesmo ficar em casa do pai durante a ausência do marido. Isso porque de noite recebia as visitas do amante, o cônego da Sé da Bahia, José da Silva Freire.(SILVA, 1998, p.260).

Provérbios populares traduziam as relações da autoridade do homem dentro do lar: *“onde há galo não canta a galinha”*. A mulher só tinha liberdade, quando o marido se ausentava de casa ou quando o mesmo falecia.

A mulher carregava o peso do pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. Repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.(ARAÚJO, 1997, p.49).

A igreja de acordo com seus princípios teológicos destacava a importância da fidelidade do casal, condenava os “vícios da carne, luxúria” e aconselhava o jejum, a disciplina, a oração, e receitas de ervas que ajudavam a acalmar os desejos. Nos confessionários procuravam interrogar sobre os pecados; a igreja tentava regular a vida sexual do casal, ditando de que modo o casal deveria proceder com a vida sexual.

Segundo a igreja católica, a idade ideal para as uniões era entre 18 e 30 anos e a procriação dependia não somente das condições físicas dos dois cônjuges, mas também das suas condições morais. Na colônia era a parteira ou comadre que realizava o parto, com auxílio de outras mulheres experientes que além de ‘aparar’ crianças nos partos que realizavam, eram benzedeiras e recitavam palavras mágicas para auxiliar a mãe durante o parto. Afonso e Melo caracteriza a parteira como:

Ser de boa vida e consciência, de muito segredo, paciente, alegre, bem civilizada e muito segura no operar e prognosticar; deve ter bom desembaraço e grande cuidado em não molestar a parturiente sem grande necessidade, e do contrário que fizer não só padecerá o seu cuidado, que é o menos, mas padecerá a seguir a morte dita parturiente e do feto.(AFONSO, MELO, 1651 Apud DEL PRIORE, 1993, p.264).

Muitas mulheres se queixavam da brutalidade, e da tirania dos maridos, mantendo-as reclusas, presas no lar; as esposas não aceitavam tão situação e apelavam para o governador, que tentava sanar as desavenças conjugais, que os advertia que deviam tratar bem as suas esposas. A intervenção do governador era sempre solicitada quando a situação da mulher estava crítica, muitas vezes abandonada pelo marido e precisava de uma pensão para sobreviver:

Se uma das características do Antigo Regime é a interferência do Estado na esfera privada, temos um exemplo disso na intervenção do governo nas desavenças entre casais. Escrevia o secretário do governador de São Paulo, Franca e Horta, ao capitão-mor de Iguape, a respeito de um casal desavindo: quanto à mulher, “a tome debaixo da sua proteção, para que se lhe não faça violência alguma, nem seja perturbada no governo pacifico de sua casa e bens”, quanto ao marido, “o mande chamar a sua presença e o advirta do bem que deve tratar sua honrada mulher” (SILVA, 1984, p.198).

As mulheres pertencentes à classe social mais elevada recorriam ao governador e já dava entrada em uma ação judicial; a maioria das vezes era a mulher a vítima, a queixosa, mas houve casos em que as esposas fugiam com homens indignos e sem ocupação, e o marido solicitava ao governador repreensão ou punição. Quando ocorriam conflitos entre os cônjuges e estes não procuravam o governador para resolver as divergências, os párocos tomavam a iniciativa de resolver os problemas conjugais do casal, através das autoridades civis, que não deixavam impunes os maridos que maltratavam suas esposas. Eram presos e depois de soltos, se reincidissem em delitos eram encaminhados para o alistamento na tropa de linha, que significava uma ameaça para todos os homens casados. A autora ressalta:

Para compreender-se bem a importância desta interferência das autoridades na vida particular dos súditos da capitania, é preciso lembrar que sobre os homens casados sempre pairava uma ameaça no caso de mau comportamento: o alistamento na tropa de linha. Esse castigo podia ser aplicado logo depois da prisão, caso houvesse reincidência nos delitos ou desordens praticados. Em 1776, Lobo de Saldanha advertia dois desordeiros da vila de Itu, por intermédio de seu sargento-mor: “se reincidirem, não lhes valerá o ser casados para os puxar à tropa paga, onde se costuma correger semelhantes delitos.(SILVA, 1984. p.202).

Nas primeiras décadas do século XIX, o número de processos de divórcio aumentou consideravelmente; um dos motivos foi a revolta das mulheres contra a vida reclusa que levavam, presa ao lar, sem amizades, proibidas de receberem visitas, de frequentar bailes, óperas, teatros, sem direito de usar ornamentos e enfeites e outros. O autor exemplifica uma das causas que motivava o divórcio:

Qualquer mulher, só porque se acha casada com um marido, que desejando ser honrado, lhe proíbe certas visitas, e amizades, que lhe não consente bailes, óperas e espetáculos proibidos, que lhe nega, certos vestidos, e ornatos indecentes, já murmurava, já se maldiz, e desembainhando a espada da língua, entra sem piedade a cortar neste desgraçado vociferando: É um Nero, é um tirano.(SILVA, 1984, p.210).

Nos fins do século XVIII surgiu o divórcio amigável, um processo mais simples, de comum acordo entre os cônjuges, ocasionado muitas vezes por incompatibilidade de gênios, e para evitar conflitos maiores apelava para o divórcio amigável, e sem brigas dividiam os bens, que era feito no tabelião; geralmente a mulher recebia de volta o seu dote e o marido ficava com os bens que tinha antes do casamento:

D. Ana Rosa de Jesus, da vila de Sorocaba, que pretendia divorciar-se por adultério e sevícias, aceitou as seguintes condições para um divórcio de composição: Receberá a dita sua mulher a legítima, que trouxe para o poder do suplicante, de cuja quantia o mesmo passou recibos e em vista dos quais ela será indenizada do que eles constarem; 2º que não poderá o suplicante, nem a mesma sua mulher, em tempo algum entrar nos bens um do outro; 3º que ficará a mesma com os filhos que há no casal, contanto porém que os ensinará e educará tanto no Doutrina Cristã, como em tudo o mais a que são obrigados os pais de famílias e quando assim o não faça, o suplicante os tornará a recolher para sua companhia para os ensinar e educar como seus filhos e conforme é obrigado pela responsabilidade a que está encarregado para com Deus a respeito deles.(SILVA, 1984, p.242).

A igreja ao mesmo tempo em que pregava o casamento como um laço indissolúvel, com exceção quando morria um dos conjugues, defendia também que o casamento poderia ser anulado caso apresentasse alguns impedimentos tais como a bigamia, a impotência do homem, a consanguinidade, etc.

A partir do século XVIII foram ocorrendo modificações referentes à educação da mulher. Neste momento foram surgindo os recolhimentos, espaços destinados a educação da mulher. Nessa época não existia muitas escolas formais no Brasil. A

grande maioria das escolas fundadas eram destinadas somente para meninos. As escolas destinadas para as meninas eram bem escassas, em número bem reduzido, em relação às escolas frequentadas só por meninos. A educação dada pelos jesuítas tinha prioridade à educação dos homens, pois a educação da mulher se restringia aos ensinamentos de afazeres domésticos e aos ensinamentos oferecidos pela Igreja Católica. Toda essa tradição foi herdada de Portugal para a colônia brasileira, determinando assim as bases da educação feminina, influenciando a nossa cultura por longos anos da nossa história. Até o século XVI na colônia, a educação da mulher era vista como desnecessária, sem importância no campo cultural. Assim, “o ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces, flores artificiais.”(RIBEIRO, 2000, p.87).

## 2. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NOS RECOLHIMENTOS/ CONVENTOS

Neste capítulo pretendemos compreender a educação que as mulheres receberam nas instituições religiosas, os recolhimentos, e os conventos. A Coroa portuguesa enfrentava o grande problema da falta de mulheres para contrair matrimônio e auxiliar os portugueses na conquista e povoamento do território. Para compensar a falta de mulheres brancas, recebiam órfãs enviadas de Portugal, para que se casasse com os portugueses. Com toda essa dificuldade de povoamento, a vida contemplativa não era permitida. Havendo, portanto, duas opções para a mulher: casar ou ir para o convento; assim a Coroa não permitia que se fundassem recolhimentos e conventos oferecendo uma resistência muito grande diante da preocupação de todos em povoar o território. Era o desejo da Coroa que os portugueses só casassem com mulheres brancas, para manter o puro sangue, só que a grande maioria das mulheres que viviam na colônia eram negras e índias.

E a nobreza, “embora pouca e duvidosa”, não se misturava com a gente comum, sempre suspeita de uns longes de mestiçagem. Por isso, muitas famílias preferiam não casar as filhas com pessoas que não fossem de sua iguala. A gente melhor da colônia só casava dentro de sua classe. Para amparar as filhas, os pais mandavam-nas aos Conventos. Mandavam também por outras razões. (NASCIMENTO, 1973, p.17).

Ocorreram conflitos de opiniões entre os colonos e a Coroa. Os colonos desejavam a fundação das instituições religiosas e a Coroa criava dificuldades e resistências proibindo a fundação dessas instituições. Muitas famílias queriam colocar suas filhas nessas instituições, para protegê-las, muitas por não aceitar que suas filhas se casassem com pessoas de uma condição social inferior e outras para ter melhor aceitação por ter filhos padres ou freiras. Mas a coroa argumentava que o Brasil era uma terra de conquista e nela tinha que haver mulheres honestas, para casarem com os homens que ali viviam povoando assim o território brasileiro, consolidando a sua posse. Com relação à proibição de se fundar conventos vale ressaltar:

Um mosteiro de freiras ao alcance dos baianos, seria razão para ainda diminuir os casamentos na Colônia. Por estas razões, D. João IV negou sumariamente as pretensões dos baianos em 1646, para que lhes concedessem um convento de Freiras... “Sobre a pretensão que a mesma cidade tinha, para lhe haver de conceder licença de se poder erigir nela

Mosteiro de Religiosas, não fui servido deferir este requerimento". (NASCIMENTO, 1973, p.16).

Era visível a preocupação do padre Manoel da Nóbrega referindo-se aos colonos, para que estes não continuassem cometendo o pecado da carne com as negras e índias, afirmando que o casamento era uma maneira de afastar os colonos cristãos de continuarem cometendo esse pecado. A intenção dele era isolar as jovens, para educá-las e depois casá-las. A ideia de criar um espaço longe dos homens para as mulheres solteiras, foi expressa e praticada pelo Padre Manoel da Nóbrega que escreveu uma carta em 1551 aos irmãos de Coimbra, onde informava que "havia muitas moças filhas de cristãos (dadas a soldadas a solteiros com que publicamente pecavam) e dava-lhes a justiça. Fi-las ajuntar em casa de casados virtuosos e agora se vão casando e amparando" (ALGRANTI, 1993, p.67).

O número de homens e mulheres era desigual, havia maior número de homens que mulheres. A referida autora destaca a preocupação de D. Lourenço sobre o problema do povoamento, o qual enviou uma carta a D. João V abordando o assunto:

Me parece que um dos meios mais fáceis que há para que venham as mulheres a casar nestas Minas é proibir vossa Majestade que nenhuma Mulher do Brasil possa ir para Portugal, nem ilhas a serem freiras ,porque é grande o número que todos os anos vão...se vossa majestade lhe não puser toda a proibição, suponho que toda Mulher do Brasil será freira, porque me dizem que novamente se faz um Convento no Rio de Janeiro e me parece que não é justo que se despovoe o Brasil por falta de mulheres.(ALGRANTI,1993, p.66).

A Coroa estava convencida que a única forma de estimular o povoamento da colônia, seria a proibição da saída das mulheres para Portugal através de um alvará que proibia definitivamente a saída dessas mulheres sem a autorização da Coroa. Aos poucos os colonos foram entendendo que não havia possibilidades de se fundar conventos onde as mulheres poderiam se dedicar á vida contemplativa e assim os colonos começaram a enviar as suas filhas para os mosteiros portugueses. Mas os pedidos solicitando permissão para a fundação de recolhimentos e conventos na colônia continuavam insistentemente, mas todos eram negados pela Coroa. Com o apoio do rei finalmente foram autorizadas as casas de recolhimentos com a ressalva de que estas não poderiam ser transformadas em casas religiosas no futuro. Dom Rafael Bluteau definiu em seu dicionário em 1790, que:

Recolhimento é uma instituição onde se recolhem mulheres de diferentes estados, e vivem com clausura e observância à regente. Contemporâneo a estes estabelecimentos, completou: “Em Lisboa há muitos recolhimentos; o da Misericórdia, o do Conde de São Lourenço, o dos Cardeais, o do Castelo. Este é governado pela Mesa de Consciência e Ordens e tem um capelão do Hábito de Cristo”. (ALGRANTI, 1993, p.76).

Existia pouca diferença de um recolhimento para um convento, tanto no espaço físico, quanto na sua estrutura, com relação ao modo de vida das jovens reclusas. O recolhimento era uma casa religiosa bem semelhante ao convento, só que as jovens nesta instituição não faziam votos solenes (casamento das religiosas com Cristo). As casas de recolhimentos foram criadas com o objetivo de educar as mulheres solteiras, e preservar a sua honra, vivendo confinadas, longe dos perigos da carne, e assim sendo preparadas para o casamento. Os recolhimentos/conventos surgiram com objetivos de oferecer educação às mulheres, principalmente para formar uma esposa submissa e com boa formação doméstica. Sobre essa questão a autora destaca a citação de Paulo Corrêa Mourão:

A preocupação de nossos antepassados do século XIX de ministrar às meninas uma esmerada educação doméstica destinada à formação de boas mães de família e de eficientes donas-de-casa, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, o conhecimento à prática das artes para o encanto da vida social. (MOURÃO, 1959 Apud MUNIZ, 2003, p.180).

A população dos recolhimentos era composta de mulheres de diversas categorias: mulheres da elite, órfãs, viúvas que muitas vezes chegavam acompanhadas de suas filhas, mulheres que cometeram desonras, pensionistas, educandas, escravas, enfim mulheres de diversas classes. Havia restrição para mulheres negras e pardas em todas as instituições religiosas. A Coroa fiscalizava como contribuía com cotas financeiras para a manutenção e sustento das instituições, e estipulava um acordo para que se limitasse o número de vagas para as órfãs com idade entre doze e quarenta anos, evitando assim a superlotação. Os recolhimentos exigiam contribuições das pensionistas, sendo revertidas como manutenção e sobrevivência dos recolhimentos.

O Estado submeteu essas instituições à proteção do rei com o cuidado de não permitir que os recolhimentos se transformassem em casas religiosas. A Câmara do Rio de Janeiro através de um documento datado de 1694 esclarecia que:



Se achavam, naquela capitania, muitas famílias pobres, e com pais muito entrados em idade com evidente ruína das almas, e como o remédio podia ser a clausura destas donzelas em um recolhimento, vista a impossibilidade de não poder ser mosteiro de freiras professas, os habitantes da cidade pediam ao rei para fundar uma casa pia e auxílio financeiro, tendo em vista que já haviam recebido algumas esmolas de membros da Igreja. (ALGRANTI, 1993 p.68).

Mas apesar das exigências da Coroa um grande número de colonos não aceitava essas regras e aos poucos foram se rebelando e burlando as fiscalizações e fundaram outros recolhimentos como o de Santa Tereza em São Paulo, o Recolhimento de Macaúbas em Minas Gerais, e outros. Os colonos acabaram se conformando com a posição da Coroa em não aceitar a fundação dos conventos para mulheres e resolveram enviar as suas filhas para os recolhimentos, já que tinha sido emitido um alvará em 1732 impedindo a saída de mulheres da colônia para os conventos portugueses. Na colônia já existiam instituições religiosas como o Convento do Desterro fundado em 1677; no século XVIII surgiram outros recolhimentos, um em Olinda, outro no Rio de Janeiro; o Convento da Ajuda na Bahia, além do Convento da Lapa, o das Mercês e o da Soledade.

Os recolhimentos eram em número bem limitado no Brasil. Um espaço que surgiu para suprir a falta dos conventos femininos religiosos, onde as mulheres se preparavam para a vida religiosa. Serviam de acolhimento, asilo para mulheres que enfrentavam situações conflitantes e queriam se proteger do mundo lá fora. Os recolhimentos além de servirem de abrigo para as mulheres eram considerados casas de repouso, onde as mulheres podiam entrar e sair dos recolhimentos a qualquer tempo, com a prévia autorização dos seus familiares ou das autoridades civis e eclesiásticas e não eram obrigadas a fazer os votos solenes, era exigido das recolhidas somente os votos de castidade.

Para que os recolhimentos tivessem um funcionamento legalizado era necessário ter o aval do Bispo e o cumprimento dos objetivos devocionais, caritativos e educacionais. No interior dos recolhimentos existiam regras que eram obedecidas com rigor, onde as reclusas viviam em comunidade, orando e praticando a caridade aos pobres. As jovens reclusas eram educadas dentro de bons princípios da educação e doutrina cristã. Viviam em clausura, prezando a honra, a devoção e a educação predestinando a mulher para o casamento ou cultivando a vida religiosa.

Com o desenvolvimento da indústria açucareira um grupo de senhores de engenho decidiu financiar a construção de conventos, tão almejados pelos colonos.

Apesar da Coroa ter negado diversas vezes às solicitações dos colonos para a permissão da construção dos conventos, depois de longa espera finalmente foram construídos os Conventos: o do Desterro na Bahia, e o da Ajuda no Rio de Janeiro, que abrigavam mulheres em conflitos com seus maridos, viúvas e educandas, servas da comunidade, servas particulares, que por muito tempo geraram muita confusão e indisciplina, provocando assim conflitos com os Bispos responsáveis pela ordem e manutenção da vida conventual, pois contrariavam as normas e estatutos da casa. Muitas das mulheres que viviam nos conventos não tinham vocação para seguir a vida religiosa, daí a desordem, o desentendimento e o desrespeito às regras estabelecidas.

Os conventos femininos foram criados com o objetivo de serem casas de religiosas, locais de vida contemplativa, devoção, e educação com suas normas rígidas e definidas. Viviam ali mulheres reclusas que pertenciam a duas categorias: aquelas que queriam seguir uma vida religiosa, optando pela clausura, e outras como: as recolhidas, pensionistas, educandas internas e externas. Já as recolhidas, trabalhavam diariamente na rotina da casa, pois eram pobres e não podiam contribuir com dinheiro para o seu sustento. Nos conventos viviam também crianças pequeninas, com idade inferior a 05 anos e que viveram lá até a morte, sem nunca ter experimentado a vida fora dos muros das instituições; supõe-se que essas crianças foram levadas para as instituições para esconder um fruto de algum pecado fora do matrimônio, ou de alguma jovem solteira, de famílias abastadas; mas não se têm dados e nem comprovação.

Nos conventos a honra, a devoção e a educação eram prioritárias e de grande importância para as reclusas. Os conventos eram vistos pelos colonos como uma tábua de salvação para as famílias que queriam resolver os seus problemas, pois era um local que dava proteção, asilo, educação, futuro para suas filhas e uma opção para quem quisesse seguir a carreira religiosa.

Os escravos que viviam nos conventos a serviços das reclusas eram responsáveis pelas tarefas domésticas, serviços mais pesadas, em regime de escravidão, e quando chegavam aos conventos não eram nem sequer registrados nos livros de entrada das instituições, viviam ali só a serviços das suas senhoras. Embora os estatutos e regras das instituições pregassem a humildade, a caridade, era comum encontrar em todas as instituições religiosas escravos a serviços da comunidade e escravos particulares que acompanhavam as suas donas. Essa

exploração do trabalho escravo tinha a conivência dos Bispos e Madres regentes, que faziam vista grossa, pois eram recompensados com bons dotes, revertidos para a instituição religiosa. Nos conventos as educandas, reclusas, leigas (mulheres da elite) e todas as outras mulheres que ali viviam eram obrigadas a ter seriedade na postura para a prática do silêncio:

Além dos tempos referidos, não devem as religiosas andar vagueando pelos corredores ou cerca. Evitem passos apressados e estrondos de vozes, ou atropelos na portaria, corredores e oficinas. Tenham os braços e mãos compostos debaixo do escapulário, elevadas acima do cordão. Cuidem de suas obrigações nas oficinas, e se não as tiverem, não faltam princípios de merecer, e exercícios de boas obras, com que se pode evitar a sempre abominável e perniciosa ociosidade.(ALGRANTI, 1993, p.193).

De acordo com a posse das reclusas, levavam até 02 escravos para lhes acompanhar, e isso servia para diferenciar e prestigiar a quem tivesse mais status. Esses escravos desempenhavam várias funções: preparavam as refeições das suas senhoras, cuidavam dos seus pertences, cuidavam da limpeza das suas celas (quartos) e eram proibidas de usar vestes ricas ou adornos. Era exigido que todas as jovens que entrassem para os recolhimentos e conventos soubessem ler e escrever, e no mínimo soubesse rezar o ofício de Nossa Senhora; a leitura era muito praticada pelas reclusas, liam obras litúrgicas, vida dos santos e livros religiosos.

As religiosas, devotas e irmãs de hábito eram mulheres que se dedicava a vida religiosa por vontade própria:

Muitas meninas entravam para serem educadas nas Macaúbas e a permanência no futuro estava sujeita à sua própria vontade. Fazia se praticamente um teste de vocação: Valéria Teresa de Jesus, umas das religiosas que aparecem como solicitada nas denúncias dos crimes de solicitação de Macaúbas entrou em 1751. Consta do registro de matrícula que fora enviada para se “educar e depois de ter idade suficiente de escolher estado e querendo por sua livre vontade ficar no mesmo recolhimento darão seus pais o seu dote”. (ALGRANTI, 1993, p.255).

As meninas nos conventos recebiam uma educação voltada para o casamento, e a preservação da honra feminina, aprendendo a ser uma mulher casta, dócil, educada e preparada para os serviços domésticos, ser boa esposa, mãe dedicada, e ainda aprender as prendas como: trabalho de costura, bordado e trabalhos manuais.

No século XVIII, a Coroa não dava prioridade a educação feminina; a preocupação de todos na colônia era a preservação da honra feminina. Os

recolhimentos e conventos eram os únicos espaços disponíveis na colônia onde as mulheres poderiam ser educadas. Aquelas pertencentes a família da elite tiveram melhores oportunidades, pois os seus pais custeavam preceptoras particulares para frequentar as suas casas, onde davam aulas para suas filhas.

Geralmente quando tratamos de mulheres enclausuradas nos recolhimentos e conventos associamos à mulheres infelizes, amargas, sem sentimentos, ao invés de compreendermos a sua importância e a contribuição de cada uma dada à sociedade colonial. Eram aos recolhimentos e conventos, instituições religiosas sob o domínio da Igreja Católica que as mulheres se dirigiam para aprimorar a educação iniciada na família. Nesses espaços desenvolviam as práticas de educação, preparavam-se para a vida matrimonial, desenvolvendo o hábito de ler, orar, meditar, controlando os seus desejos carnis, além do ensino da escrita e leitura e doutrina cristã, desenvolvendo a espiritualidade.

O currículo das meninas nos recolhimentos e conventos era enriquecido com aulas de música, piano, canto, dança, além de trabalhos artesanais como bordados, costuras, recebendo assim uma educação exemplar, formando mulheres para serem boas mães, ótimas donas de casa, possuidoras de valores morais, religiosos e que contribuíram decididamente na sociedade colonial.

As mulheres que seguiam a vida religiosa nos conventos e faziam os votos solenes (casamento com Cristo) ocupavam postos e funções de acordo com a sua conduta e merecimento; eram eleitas através de votos, a cada três anos e cada uma assumia as suas funções: Priora ou Superiora, Vigária, Vigária de Coro, Sacristã Maior, Madre das Confissões, Escrivã, Porteira, Mestre de Ordem, Guarda dos Homens, Enfermeira e outras.

Os recolhimentos e conventos eram regidos por estatutos, sob o domínio da Igreja Católica onde todas as mulheres que ali viviam eram obrigadas a obedecer. Quando as meninas reclusas ou educandas cometiam infrações eram imediatamente advertidas pela Madre Superiora ou Priora, que sempre aplicava punições como: suspensão (quando se tratava de educandas externas); para as educandas internas eram utilizadas punições como jejuns, se alimentando de pão e água por vários dias, ficar isoladas nas clausuras quando se tratavam de reclusas que estavam seguindo a vida religiosa, ficar ajoelhadas por várias horas fazendo um exame de consciência, praticar autoflagelação, colocando pequenas pedras nos

sapatos para que sentissem dores ao caminhar, e outros, e assim obter o perdão pelas faltas cometidas.

A vida nos recolhimentos e conventos era de silêncio total, o sino era um instrumento utilizado para anunciar os horários determinados para acordar, orar, de alimentar, meditar, assistir a missa, confessar, comungar, estudar, e de tudo que acontecia dentro das instituições religiosas, valendo para todas as mulheres que viviam nesses espaços: reclusas, educandas, noviças (que eram as mulheres que estavam seguindo a vida religiosa); o sino badalava em ritmos alternados, com ritmos diferentes, anunciando os deveres, obrigações, em horários próprios, como um relógio, num ritual que despertava a todas. As religiosas acordavam muito cedo, faziam as suas orações como também obrigavam as educandas e todas as reclusas a frequentarem à missa, ir ao confessionário e praticar a comunhão. Depois das orações faziam exame de consciência sobre o que tinha feito do seu tempo; aos domingos e feriados aproveitavam para leituras de obras espirituais, à tarde se distraíam nas hortas ou em outros locais da instituição, e aos domingos e dias santos comungavam, e jejuavam as sextas e sábados.

Cultivavam hortas em seus jardins, onde todas davam suas contribuições, plantavam, regavam as plantas, havendo a participação de todas, e essa atividade funcionava como uma distração.

Reinava o silêncio total dentro dos recolhimentos e conventos, nos pátios, nas capelas, nas bibliotecas, nas salas de aulas. Nos conventos estavam presentes mulheres que desejavam seguir a vida religiosa, outras que estavam naquele espaço porque foram obrigadas pelos familiares e muitas aprimorando a educação ou preparando-se para o matrimônio. Como assinala Emanuel Araújo:

As internações das mulheres em conventos e recolhimentos quase sempre se dava pela iniciativa do pai ou por motivação econômica, para beneficiar um filho varão, ou por convicção ideológica, de modo a contar com uma filha virtuosa, e virtuosa mesmo contra a tendência dela, para redenção ou alívio da família, ou ainda pelo prestígio social e a moça ser religiosa e filha de pais que tiveram a iniciativa de a livrarem das tentações mundanas.(ARAÚJO, 2008 Apud MUNIZ, 2003, p.104).

As mulheres que seguiam a vida religiosa, quando faziam os votos solenes, costumavam mudar de nomes, adotava nomes diferentes dos seus registros de nascimentos, usavam nomes de santos, ou padroeiros da sua cidade natal (Algranti,1993); nos recolhimentos e conventos existiam regras e normas que eram

obedecidas por todas as reclusas que viviam nas instituições religiosas. Eram proibidas de receber visitas de pessoas estranhas e quando queriam enviar recados para fora dos conventos e receber os recados de volta utilizavam as rodas, única opção para manter contato com o mundo lá fora:

As rodas não foram feitas para se falar nelas, e só sim para o uso comum de dar recado para fora, e receber outro de fora... ou receber nelas coisas para dentro, ou para mandar de dentro para fora, e assim mandamos estreitissimamente à prelada e porteira especialíssimo cuidado que não se demorem na roda, nem religiosas, nem educandas, moças de qualquer qualidade que sejam.(ALGRANTI,1993, p.228).

Os muros altos, as portas sólidas, procuravam garantir a reclusão. Havia uma vigilância constante e contínua por parte das religiosas que regiam os conventos e como se alojavam em celas individuais, uma reclusa vigiava a outra e vice-versa, evitando assim que caíssem em tentações e quando cometiam transgressões dentro dos conventos, havia punições. A religiosa Superiora ou Priora procurava controlar a todas, investigando sobre a conduta diária de cada reclusa e sempre dava oportunidades para o arrependimento. Para que alcançassem o perdão praticavam jejuns, penitências, demonstrando assim o seu arrependimento. Apesar desse controle rígido disciplinar nem todas as reclusas se submetiam às normas severas dos recolhimentos e conventos e muitas vezes fugiam abandonando a reclusão, ou fingiam-se de doentes para saírem dos claustros.

Algranti (1993) salienta os modos de como viviam as reclusas em suas celas, assim como o luxo de suas vestes: cada reclusa tinha a sua cela em separado, onde mobiliava a seu gosto, de acordo com as suas posses, umas com móveis mais simples e outras mais suntuosas com móveis suntuosos; as louças utilizadas pelas reclusas vinham de Macau e das Companhias das Índias e os tapetes das Índias. Suas vestes eram de luxo, e denotava o status que tinha, apesar de fazerem os votos de pobreza, seus hábitos e mantos eram luxuosos, com decotes, impróprios para uma religiosa; usavam sedas, fivelas de ouro cravejados de brilhantes, eram vaidosas ao extremo, ao ponto das religiosas mais idosas tingiam os cabelos brancos e muitas até usavam cabelos postiços. Nascimento ressalta:

Cada uma tinha a sua cela, que mobiliava como queria. Os móveis simples em umas, luxuosos em outras, completavam a decoração – os enfeites de azulejo ou os seus tetos pintados. Eram bastante espaçosos. Entrava-se

nelas por uma porta almofadada de contorno de pedra. Mesmo a parte externa, algumas religiosas mais imaginosas enfeitavam com florões. Uma das almofadas da porta, abria pelo lado de dentro como um postigo. Do lado interior tinham as celas uma janela que dava para o claustro ou para a vastidão dos terrenos cercados. De um lado e de outro da janela, um banquinho de pedra. O lado inferior da porta e da janela era enfeitado de madeira recortada, enfeites que se repetiam nos armários de parede, que variavam. Alguns divididos em duas ou três partes, outros inteiros. Havia os de gavetas grandes, outros de pequenas. (NASCIMENTO, 1973, p.50).

Essa era uma maneira de controlar as mulheres com ou sem vocação religiosa. Levando-se em consideração os comportamentos transgressores das reclusas, a imposição disciplinar era de forma homogênea, sem se importar com as diferenças de cada uma, favorecendo assim para que elas apresentassem comportamentos inadequados para uma vida conventual, gerando indisciplina, revolta, comportamentos escandalosos dentro das instituições. A falta de vocação religiosa é uma das principais causas de indisciplina e abandono nos conventos.

As reclusas que se submetiam à ação disciplinadora, apresentavam uma forma sutil e silenciosa de resistência, pois exercendo funções de comando naquele espaço que era considerado seu, eram donas de si, eram respeitadas e dirigia aquele espaço.

Os recolhimentos e conventos eram espaços contraditórios; abrigavam mulheres que optaram pela clausura por livre e espontânea vontade, realizando o seu ideal, como também abrigavam mulheres que estavam ali contra a sua vontade, justamente por renegarem este ideal. Refletindo sobre essa questão, Algranti menciona que:

Ao mesmo tempo em que os conventos e recolhimentos acolhiam o 'rebotinho' da sociedade, eles eram também o local escolhido pelas devotas para viverem e morrerem sob o signo da devoção. Os claustros coloniais se transformam, portanto, num espaço no qual se captam múltiplas experiências femininas e permitem deslocar a história da mulher colonial do contexto exclusivamente familiar no qual ela tem estado de forma soberana.(ALGRANTI, 1993, p.324).

Assim, os recolhimentos e conventos eram espaços que projetavam valores presentes na sociedade, sendo, portanto, instituições afastadas do meio social.

### 3. TRANSGRESSÕES DAS MULHERES NOS CONVENTOS

Neste capítulo trataremos sobre transgressões que ocorreram com relação às normas, aos princípios de reclusão e vida contemplativa, aos preceitos de castidade e pobreza nos conventos, porém era permitida a presença de escravas e servas para servir às recolhidas. Era um espaço para o mundo religioso e para o mundo profano. Apesar de todas nos conventos obedecerem às regras e normas, e as recolhidas viverem em permanente vigilância e disciplina, ocorriam constantemente transgressões, principalmente durante as práticas devocionais e em épocas de festas religiosas. Ali viviam grupos de mulheres diferenciadas, que adotaram viver em isolamento total, muitas para se dedicarem à vida religiosa e outras para se prepararem para a vida matrimonial.

Nos conventos, a sexualidade não deveria ser manifestada, porque as reclusas deviam renunciar por completo aos prazeres sensuais, pecaminosos do mundo fora dos claustros. Mas nem sempre acontecia dessa forma; longe do olhar paterno, da família, a sexualidade reprimida em casa poderia ser extravasada de várias maneiras, sem muito cuidado e pudor, dentro dos conventos. Para muitas mulheres, de diversas categorias e idades diferentes, a vida reclusa, nesses espaços, oferecia uma ajuda material ou espiritual. Nele encontravam-se moças de classe rica, meninas órfãs pobres, senhoras, viúvas, mulheres abandonadas pelos maridos, mulheres arrependidas pelos seus atos ilícitos, mulheres que desejavam seguir a vida religiosa e sutilmente essas mulheres aos poucos foram rompendo com a reclusão doméstica.

Algranti (1993) ao tratar das reclusas que viviam no Convento do Desterro da Bahia, observa que embora fosse a vigilância muito severa sobre as mulheres que ali estavam para se dedicarem à vida religiosa ou para se prepararem para o matrimônio, ocorriam comportamentos transgressores evidenciando que não temiam as regras ditadas pelas autoridades administrativas e eclesiásticas da Colônia. Algumas dessas mulheres caíam em exageros, numa vida fútil e luxuosa e cheia de transgressões. Era necessária a colocação de grades nas janelas dos conventos, evitando assim que as reclusas se comunicassem com o mundo lá fora dos conventos, principalmente o contato com os “freiráticos”, que eram os enamorados das reclusas, cavalheiros que lhes faziam à corte. Emanuel Araújo ainda se refere à



presença dos “freiráticos” e menciona que eles faziam contato com as reclusas graças a troca de bilhetes, recados através das servas do convento ou mesmo pessoalmente nas festas promovidas pela instituição. O autor caracteriza “os freiráticos” como:

Rapagões arroubados, funcionários e advogados de meia idade, padres que tinham fácil acesso aos conventos-encarregavam-se com zelo, para o desespero das autoridades eclesiásticas e civis, de manter a pontaria das flechas de Eros sobre freirinhas adolescentes, ou de comportamento adolescentes, loucas de desejo, ávidas do pecado que lhes seria reprimido por toda vida. (ARAÚJO, 2008, p.260).

No convento, a literatura salienta os namoros que as jovens tinham com padres e leigos. Com relação ao amor freirático Araújo comenta:

O amor freirático custava muito caro, algo como “pedra-ímã das algibeiras e sanguessuga dos bolsinhos”, de sorte que “se o freirático tem faltas de respiração na bolsa ou se é esfaimado da algibeira, não é fácil admitir-se nem tem feição”. Pois elas não paravam de fazer peditórios, todos para finalidades elevadas, naturalmente, mas nada baratos, como “chapéus de plumas, casacas agaloadas para comédias” que se realizavam no convento, “e na Quaresma capelas para os anjos, espadas para os penitentes, véstias para as irmandades”. (ARAÚJO, 2008, p.253).

Os Arcebispos da época não se conformavam com a vida transgressora das reclusas e dizia um deles: *“He este Convento o escândalo desta cidade” e “muitas pessoas da Bahia fomentam e patrocina este escândalo, seja por parentesco, ou por amizade lícita ou ilícita.”* (NASCIMENTO, 1973, p.49)

As religiosas se mantinham bem informadas de tudo que acontecia fora dos conventos, elas tinham contatos com o mundo externo; os “freiráticos” tinham a liberdade de seduzir as religiosas, costume herdado de Portugal. Os freiráticos presenteavam as religiosas que admiravam, contribuía com donativos para o convento, como também patrocinaavam as festas religiosas no decorrer do ano nos conventos. Aos poucos iam se adentrando no convento com tamanha intimidade que chegavam aos apalpos, carinhos e troca de mimos.

A roda dos expostos era utilizada para depositar bilhetes, presentes como livros, joias, relógios, tudo que se podia imaginar para a realização da conquista, e elas retribuía com finos doces, merendas, e ainda destacando que estes foram feitos especialmente para eles. As religiosas em conversas com as suas companheiras de transgressões no claustro se divertiam dizendo: *“ com três estive*

*eu ontem à tarde; sem um saber do outro, e a todos falei como se fora a um só*”.(ARAÚJO, 2008,p.255)

Os padres residentes e visitantes aproveitavam-se da condição de religiosos para transitarem livremente no interior das clausuras, onde praticavam atos ilícitos com as reclusas, provocando transgressões e escândalos. Todos no convento tinham conhecimento dessas transgressões, mas como tudo era praticado em segredo, fingiam que não sabiam dessas relações amorosas entre os referidos padres e as jovens reclusas. Os escândalos ligados aos freiráticos continuaram acontecendo com frequência, sendo necessário D. João V, em 21 de fevereiro de 1727, expedir ordem para todas as autoridades coloniais obrigando todos os padres que praticassem esse crime a tomarem conhecimento das severas punições que lhes seriam impostas. Araújo ressalta a minuta do termo:

Sendo chamado à nossa presença neste convento N, padre nosso súdito, lhe declarei como seu prelado, da parte de Sua Majestade, que o mesmo senhor lhe ordenava não vá mais ao mosteiro N nem à sua Igreja, nem a outro algum mosteiro ou igreja de freiras deste Reino e seus domínios, nem tenha tido comunicação nem correspondência alguma, por si nem por outra qualquer pessoa que se ache recolhida em mosteiro, e que nem pare de frente de qualquer mosteiro de freiras nem para elas faça sinal ou aceno, nem passe ainda pelo dito mosteiro, tendo entendido que constando ao dito senhor que, de qualquer forma contrária a este termo há de fazer com ele a demonstração que cabe no seu justo e real poder, o que ficou o dito N entendendo, e ouvindo ler este termo e ordem se obrigou a cumprir tudo inteiramente como nele se contém, e como assim prometeu fazer, assinou comigo.(ARAÚJO, 2008, p.259).

Emanuel Araújo em seu trabalho “Teatro dos Vícios” relata as diversas histórias de “amor freirático”, aqui no Brasil. Um dos mais notáveis foi o poeta Gregório de Matos, embora fosse viciado em freiras, “um freirático” que não poupava esforços em denunciar através de versos e poemas o relacionamento amoroso e irregular das freiras. Nem a abadessa escapava às investidas de Gregório de Matos:

“A dona Marta de Cristo, primeira abadessa do Desterro, galanteia o poeta obsequiosamente. Afinal, era bonita (“sois uma freira mui linda”) e não custava tentar (“a esse pobre fraudulário/daí qualquer favor por carta”).(ARAÚJO, 2008, p.257).

Manuel Pereira Rabelo publicou após a morte de Gregório de Matos breves ementas de poemas, para se ter ideia do grau de liberdade que era propiciada às jovens freiras no recolhimento do claustro:

-Celebra o poeta o caso que sucedeu a uma freira do mesmo convento, a quem outras freiras travessas lhe molharam o toucado com que pretendia falar a seu amante.

- No dia em que o poeta empreendeu galantear uma freira do mesmo convento se lhe pegou fogo na cama, e indo apagá-lo queimou a mão.

- Queixa-se o poeta das fundadoras (do convento), que vieram de Évora, por não poder conseguir algum galanteio naquela casa e serem somente admitidos frades franciscanos.

- Repete a queixa increpando as confianças de frei Tomás de Apresentação, que se intrometia sofregamente naquela casa, onde o poeta já tinha entrada com dona Mariana, freira que, blasonando suas esquivações, lhe havia dito que se chamava Urtiga.

- À mesma freira, já de todo moderada de seus arrufos e correspondendo amante ao poeta.

- A outra freira que estranhou ao poeta satirizar o padre Dâmaso da Silva, dizendo-lhe que era um clérigo tão benemérito que já ela tinha emprenhado e parido dele.(ARAÚJO, 2008, p.257).

Dentre os poetas estrangeiros o mais indignado com essa questão foi Le Gentil de La Barbinais que aqui esteve no Brasil, entre 1714 e 1718 e descreve um episódio ocorrido numa missa do Natal:

Às dez horas [da noite] fomos para a Igreja de Santa Clara, onde eu não esperava ver uma comédia, ou melhor, uma farsa. Em todas as casas religiosas de Portugal as jovens madres estudam durante o ano certo número de tolices e canções jocosas para recitá-las na noite de natal. Essas senhoras estavam em um estrado aberto e elevado, cada uma com seu instrumento, violas, harpas, tamborins, banzas (*viguellas*) etc [...]. Aí todas as religiosas se viram a cantar as canções que haviam estudado com tanto desvelo; cada uma cantava a sua, e tal diversidade de canções e de vozes formava uma algazarra que, junto aos instrumentos tão discordes como as vozes, davam justa vontade de rir. Elas pulavam e dançavam com tão grande bulha que, à semelhança do lundu, cheguei a pensar estivessem possuídas de algum espírito extravagante ou de um duende de humor alegre e jovial. Mas ainda viria uma surpresa muito maior. O silêncio sucedeu à algazarra e em vez de lição que se costuma ler nos noturnos de matinas, uma religiosa ergueu-se e, indo sentar-se gravemente numa poltrona, proferiu um longo discurso em português estropiado, tal como falam os escravos. Esse discurso era um relato satírico das intrigas galantes dos funcionários da corte do vice-rei; ela nomeou a amante de cada um e referiu-se em detalhes às suas boas e más qualidades.(ARAÚJO, 2008, p.265).

Em 1742 D. João V ordenou a perseguição dos freiráticos, e isso gerou revoltas entre as reclusas, principalmente quando as autoridades fecharam as clausuras, dificultado assim a entrada dos visitantes transgressores. Mesmo assim as visitas continuaram durante todo o século XVIII. Foi quando Frei João de Mansilha iniciou a reforma dos conventos da Ordem de São Domingos por ordem de Pombal. Em carta à madre Superiora do Mosteiro de Nossa Senhora de Montemorro-Novo, datada de 1774, o frei Mansilha ordenava:

Tenho gravíssimas queixas das escandalosas desordens que nesse nosso mosteiro se praticam, consentindo Vossa Reverência que muitos religiosos assim de nossos súditos dessa vila como de outros conventos nossos falem libertamente com as religiosas nossas súditas, do que resultam grandes murmurações contra o crédito delas e de Vossa Reverência como consentidora, pelo que debaixo do mesmo preceito e penas, ordeno a Vossa Reverência que por nenhum modo permitia grades ou licenças para semelhantes conversações, ou estas sejam com religiosos nossos súditos.(ALGRANTI, 1993, p.33).

O comportamento da madre superiora demonstrou o relaxamento em relação às normas, contribuindo para o descrédito do mosteiro.

No Recolhimento de Macaúbas, em Minas Gerais, entre 1732 e 1733 houve várias denúncias sobre “crimes de solitação” que envolvia confessores e reclusas; essas denúncias foram feitas pelas reclusas molestadas, o que ocasionou processos e até condenação de dois padres confessores que cometeram atos ilícitos com as reclusas, não só violando a clausura, a virtude da castidade bem como do sacramento da confissão. Houve denúncias também no Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus de Nossa Senhora da Soledade, em Salvador no período de 1746 e 1764. Sobre estes crimes o Bispo D. Manuel da Cruz em 1749 julgou oito padres que estavam envolvidos nos conflitos:

Oito padres confessores do recolhimento foram acusados de trocar palavras de amor, cartas e conversações ilícitas com as reclusas, além de atos desonestos e de pedir ósculos. O número de mulheres solicitadas chegou a dezessete. Maria Trindade por exemplo acusou os padres Antonio Pugas e Manuel Pinheiro de terem solitado quatro recolhidas das Macaúbas. Outras reclusas acusaram o padre Custódio Bernardes Fernandes de “pedir abraços e boquinhos, peitos para acariciar e ligas para guardar de lembrança, chamando as recolhidas para encontros fortuídos em seu quarto.(ALGRANTI, 1993, p.234).

O Convento do Desterro da Bahia era a preocupação de quase todos os arcebispos que passaram pela cidade do Salvador; nele reinava o luxo, a indisciplina, a desordem, pois ali viviam além das religiosas professas, as noviças, as recolhidas, as educandas, as servas da comunidade e as servas particulares, a grande maioria das reclusas estava ali contra a sua própria vontade, e por isso não respeitavam as regras impostas pelas autoridades administrativas e eclesiásticas, tornando assim um ambiente profano e transgressor. A indisciplina, os atos transgressores, os escândalos ocorridos nas instituições religiosas acabaram desestimulando muitas jovens reclusas que viviam naquele espaço se preparando

para a vida religiosa, que não resistiam aos seus desejos carnis se rebelando e não se submetendo as regras impostas no convento.

Não respeitavam o voto de pobreza e suas vestes (hábitos) e mantos tinham caudas abertos na frente e nas costas, com pequenos decotes descompostos e indecentes, impróprios para uma religiosa. Usavam fivelas de ouro cravejadas de diamantes, indo de encontro aos votos de pobreza. Essas informações constam nos documentos do início do século XVIII, existentes no arquivo do Convento do Desterro da Bahia. As jovens transgressoras quando se apresentavam ao público, apareciam muito faceiras, vaidosas, cheias de adornos, joias, penteados, chamando a atenção dos olhares masculinos.

O arcebispo D. Manuel de Santa Inês queixava-se muito e reprovava totalmente o comportamento das jovens transgressoras e resolveu redigir uma carta pastoral especialmente dirigida as freiras do Convento Santa Clara do Desterro em Salvador, as quais se comportavam com petulância, a maioria delas vinha de famílias da elite e depois de internadas, continuavam se comportando como sinhazinhas autoritárias e nada lhes era negado, o arcebispo D.Manuel emitia sua reprovação:

Do amor à vaidade, que em muitas destas religiosas predomina, e da inobservância do seu voto de pobreza, são evidentes sinais o seu toucado nimiamente descomposto e indecente às religiosas, por lhes deixar descobertos grande parte e de todo o pescoço,[como] também as unções com que as anciãs tingem de negro os seus cabelos já brancos, e os artifícios com que todas os compõem e suprem algumas a falta delas para aparecerem em público com o tal toucado. Os seus hábitos mantos [são] certamente repreensíveis pelas caudas, pelas fitas de cor que nos hábitos prendem, pelas aberturas destes, anteriores e posteriores, e pelas suas mangas de extraordinária largura [...] e calçam meias de seda, ligando-as comumente com fivelas de ouro cravadas de diamantes,[...] quando fazem alguma função pública, nela usam de sapatos picados para que as pessoas, assim de dentro como de fora, lhes vejam a nova meia de seda cor de pérola.(ARAÚJO, 2008, p.261-262).

As regras existentes no convento proibindo as reclusas de recolher crianças pequeninas, contrariavam as normas e burlavam as fiscalizações, acolhendo essas crianças sob o pretexto de permitir o livre acesso de pessoas estranhas ao convento, como amas de leite, que realizavam o contato delas com o mundo lá fora do claustro, levando recados, bilhetes, etc. A literatura salienta que no interior da clausura encontravam-se mulheres de grande piedade, devotas a Deus, que eram consideradas religiosas santas que viviam praticando sacrifícios, orações, jejuns,

flagelações, em prol da salvação de todas. As dificuldades encontradas eram inúmeras para se impor a vida claustral nessas instituições religiosas, principalmente por causa das mulheres que estavam nos claustros sem verdadeira vocação religiosa e não se submetiam a obediência das normas. Estas não conseguiam se desligar do mundo lá fora; estavam reclusas por imposição, mas continuavam mantendo contato com o mundo fora do convento.

A virtude e a castidade que eram preservados nos conventos, fazendo com que as mulheres se mantivessem distantes do contato com a vida pública, certamente, contribuiu para acentuar as diferenças entre os sexos, principalmente no universo da Igreja. Algranti, analisando a questão menciona que:

Se as mulheres não tinham direitos semelhantes aos homens na sociedade civil, seria de esperar que pudessem se igualar a eles perante Deus. Mas, numa Igreja dirigida por homens, as mulheres jamais assumiriam uma posição de equivalência, nem quando o tipo de vida os aproximava, como é o caso do clero regular.

Mais do que um elemento importante da vida contemplativa feminina, a clausura acabou por se tornar um fator de sujeição da mulher ao homem e de total dependência das comunidades à hierarquia eclesiástica masculina, fosse relação aos bispos ou diretamente ao papa. (ALGRANTI, 1993, p.40-41).

Neste sentido podemos assinalar que a reclusão feminina, sua submissão está fortemente relacionada à dominação masculina. Eram muitos os fatores responsáveis pela desorganização das instituições de reclusão. A superlotação dificultava o funcionamento normal da casa: despesas altas, principalmente a alimentação das reclusas, manutenção dos conventos, falta de disciplina, ordem e severa vigilância. Havia o relaxamento das religiosas Superiores em relação a vigilância, cumprimentos dos deveres e obrigações das reclusas, como também o descaso das autoridades eclesiásticas responsáveis em fiscalizar e verificar se tudo transcorria dentro da normalidade das regras estipuladas. Devido à população dos conventos serem compostas por pensionistas, reclusas, educandas e leigas, onde cada uma agia com condutas e ideais diferentes, gerando desse modo um clima de liberdade e indisciplina.

Assim o convento na época colonial, era um universo povoado por mulheres bastantes diferentes umas das outras, com diversas experiências de vidas, que se encontravam reclusas no claustro, com diversos objetivos: para umas a realização do seu ideal, professar os votos solenes seguindo a carreira de religiosa, para outras

momentos de reflexão, conforto, refúgio, companheirismo, sociabilidade, enfim uma tomada de decisão para retomar o seu caminho. Algranti destaca essas experiências de vida das mulheres no claustro:

As reclusas da Colônia eram, muitas vezes, mulheres sós, distante fisicamente de suas famílias, mas que encontravam nos claustros até mesmo irmãos de sangue, primas com quem convivia; outras, porém eram mulheres abandonadas pelos familiares e trancafiadas contra a vontade. Reuniam-se, portanto, nas clausuras coloniais experiências múltiplas de vida. (ALGRANTI, 1993, p.238).

Cada uma dessas mulheres tinha um destino a seguir, mas que elas moldavam de acordo com os seus desejos, gostos e assim contribuía para marcar o modelo que as instituições religiosas assumiam.

#### 4. CONVENTO DA SOLEDADE: EXEMPLOS DE ALGUMAS PRÁTICAS PRESENTES NA EDUCAÇÃO FEMININA.

O Convento da Soledade foi idealizado e fundado pelo jesuíta Gabriel Malagrida, no ano de 1739, como recolhimento, sendo reconhecido como convento em 1752. O jesuíta foi um grande incentivador da vida religiosa, e sua intenção era abrigar no convento jovens “decáidas” para serem “regeneradas”, mas a pressão exercida pelas famílias baianas ricas fez com que as autoridades eclesiásticas determinassem a aceitação somente de jovens brancas e dotadas, bem nascidas. Os dotes pagos pelas famílias eram bem altos e quando as reclusas professavam os votos, era exigido uma propina no valor de cem mil réis, com a exigência de um fiador. No convento havia bem poucas reclusas que não podiam pagar o dote, eram aquelas acolhidas pelo padre Malagrida por caridade e como a família não podia pagar seus dotes faziam doações de suas propriedades ou de escravos. Esses dotes custeavam as despesas das reclusas, serviam para a manutenção do convento e também como empecilho para impedir a entrada de jovens de famílias sem linhagem no convento.

O convento era regulado pelas regras das Ursulinas, cujo estatuto foi criado por Ângela de Merici que pregava a homogeneidade das condutas femininas, para as obrigações diárias e pessoais, modo de vestir, relacionamento com as companheiras, modo de alimentar-se, de recolher-se, regras que deveriam ser seguidas com disciplina, vigilância severa e punição quando não obedecessem. Com relação aos “freiráticos” não foi encontrado nenhum relato no Convento da Soledade, diante da severa proibição da presença masculina na instituição, mas não se deixava de ter essa ameaça, pois a presença das servas tinha função de intermediação, de comunicação com o mundo lá fora dos claustros.

No convento da Soledade as reclusas usavam vestuários com cores diferenciadas para dar destaque a sua condição social. As que usavam véu preto eram aquelas consideradas plenas, de famílias ilustres, e as de véu branco eram aquelas que vinham de famílias humildes. Depois de algum tempo, o estatuto das Ursulinas acabou com essa discriminação e todas passaram a usar suas vestes em um só tom, feitos com tecidos mais simples.



As Ursulinas defendiam a importância da educação voltada só para o sexo feminino, estimulando as jovens a ter atitudes positivas, de renúncia, capacidade de abdicar-se em favor de outro, de entregar-se à prática da caridade e do amor desinteressado modelando o seu caráter e para isso era necessário uma educação rígida com severa vigilância. Consideravam as mulheres como um ser “frágil”, propensas a futilidades, intrigas, falta de perseverança, dominadas pela emoção e desprovidas de razão. Para corrigir esses “defeitos” teriam que ser modeladas com uma rígida educação religiosa e moral, para serem capazes de ter boas atitudes de devoção, moralidade e auto-controle. Definiam que para formar as educandas, futuras esposas ou freiras, as mestras deveriam ensinar um conteúdo necessário ao cumprimento daquelas funções:

O conteúdo definido como necessário restringia-se ao ensino da religião ou permeados por ela, a escrita, a costura e outras prendas que variavam a depender da idade. Eram, esses, os conteúdos básicos para a educação das jovens nos institutos ursulinos que tinham por finalidade corrigir os “defeitos” femininos, isto é, desenvolver nelas a auto-disciplina, o controle das pulsões e a renúncia de si para viver para os outros.(FERREIRA, 2006, p.82).

O convento da Soledade além da preparação para vida religiosa, proporcionava uma formação escolar, e todas as jovens que ali ingressavam teriam que obedecer as regras: orar, devotar, recolher-se, isolar-se do mundo profano através de condutas de disciplina, controle e vigilância severa; todas tinham que aprender a ter autocontrole, controlando a mente, o corpo e o coração. Diariamente desenvolviam atividades como leitura de livros pios, sacrifícios, o culto divino, orações, de modo a alcançar a conduta desejada. O estatuto determinava que:

O culto divino deve ser propagado em todo o mundo nos mosteiros e outros lugares religiosos do devoto sexo feminino, para que neles as prudentes virgens, movidas pelo zelo e caridade possam atender não só sua própria salvação, mas também a alheia.(FERREIRA, 2006, p.61).

A educação dada pelas religiosas mestras se baseava na interiorização dos valores morais e cristãos, com rígida disciplina, memorização, leitura de livros pios, recitação de orações e ladainhas e execução de trabalhos manuais. A formação escolar preocupava-se em “modelar” meninas e moças para desempenhar o papel de futuras mães de família.

As mestras deveriam ensinar-lhes a fazer orações vocal e mentalmente, a examinarem suas consciências, a acompanharem os atos litúrgicos e a apreciarem as boas leituras. Precisavam também, aprender a se controlar, a praticar a caridade e a se penitenciarem diante de uma falta.(PASSOS, 1995, apud FERREIRA, 2006, p.83).

O convento da Soledade era uma instituição bastante contraditória, pois pregava o voto de pobreza, mas as jovens reclusas viviam no luxo e na ostentação com a presença de servas e escravas e a exigência que estas só poderiam ser aceitas casos fossem mulheres honestas e donzelas, além de considerar as escravas como “peças”, propriedades delas.

No claustro não se desenvolvia somente atividades devocionais e educacionais, mas também era grande a preocupação com a disciplinarização, a normatização, resistência e poder. A conduta das reclusas era desigual, umas mais submissas, outras rebeldes, outras conciliadoras ou dissimuladas.

O ensino era voltado para a doutrina cristã, o recolhimento, o isolamento e o desapego total com o mundo profano. O principal objetivo era a salvação da alma e para alcançá-la praticavam jejuns, mortificações, meditação, confissão servindo para fortalecer o espírito, controlando os instintos carnis. Muitas reclusas se destacavam nessa busca pela perfeição, e outras resistiam silenciosamente, sem causar alvoroços e iam se dedicar a atuar como educadoras, administradoras de propriedades, exercendo cargos e funções de poder e mando. Muitas vezes as reclusas não tinham nenhuma vontade de seguir a vida religiosa, mas forjava a vocação, e afastava-se do mundo lá fora, dos perigos e das tentações, enclausurando-se e vivendo em orações, em vida contemplativa e isolamento total.

Somente a partir do início 1753, quando o recolhimento já tinha se transformado em convento, o número de educandas aumentou consideravelmente na instituição. Foi nessa época que ocorreu a reforma, com o objetivo de aumentar as celas, salas de aula e aposentos para as educandas, proporcionando assim um maior conforto e separando os espaços físicos destinados as religiosas e educandas. Também nessa época foi fundado dentro do convento da Soledade o educandário, pela Madre Beatriz de Jesus:

Em 1752 o educandário com aquelas separações de porta que nos mandam as nossas Santas Regras, determinou mestra para o ensino das educandas,

tanto para tocar música e contar com para ler vulgar, deixando tudo em perfeição.(FERREIRA, 2006, p.87).

Neste espaço de reclusão elas tinham o direito e oportunidade de exercer atividades de gerenciamento, administração, atividades devocionais e educacionais, relações de sociabilidade, de trabalho, de vida comunitária que lhes davam poder e autoridade. As religiosas cuidavam da administração da casa, que era organizada com uma estrutura hierarquizada, com muitas atribuições, que além das obrigações do dia a dia, ainda se preocupavam com a preparação espiritual e escolar das reclusas para garantir um bom funcionamento do convento, todas sob a supervisão da Madre Superiora, cargo mais importante da instituição, que era eleita pelo voto, a cada três anos, quando ocorria as festividades da Anunciação de Nossa Senhora. À Superiora cabia a função de zelar e administrar os bens do convento, além de ser a responsável pelo cumprimento dos estatutos. Acumulava em suas mãos poderes de toda a comunidade religiosa, e prestava conta aos seus superiores:

Tal multiplicidade de atribuições demandava capacidade administrativa e gerencial, experiência, autoridade moral e religiosa para dar ordens e ser obedecidas. Da distribuição dos diferentes cargos às religiosas mais talhadas para os mesmos dependia o bom funcionamento da casa. Embora cada religiosa exercesse uma função diferenciada naquela organização hierarquizada, é visível a existência do convento como um espaço que deu oportunidade às religiosas de desempenharem múltiplas funções, sendo protagonistas de seu cotidiano e atuando de modo até certo ponto autônomo e com eficiência.(FERREIRA, 2006, p.89).

Os recursos arrecadados bem como a renda de todo o convento era guardado em uma arca a três chaves: uma chave ficava com a superiora, a segunda com a conselheira e a terceira chave com a procuradora. O estatuto previa que em caso de morte da superiora antes que terminasse o seu mandato, seria eleita uma substituta conforme as formas dos concílios e constituições. Havia outros cargos regentes, mestra das noviças, escritvães, porteiras, vigária ou provisória, vigária do coro, sacristã, enfermeira, acompanhante do médico ou confessor, todas sob supervisão da superiora.

De acordo com o estatuto no convento devia ter dois tipos de madres com papéis de educadoras: as mestras noviças e as professoras; as primeiras deveriam educar as jovens e até mesmo crianças que haviam ingressado na casa para receber educação ou para seguir a vida religiosa; as segundas deveriam ministrar

ensinamentos às recolhidas que já haviam professado os votos, sendo que a idade mínima era de 16 anos. Para ser mestra precisaria ter no mínimo 25 anos e 10 anos de estado de religião.

Um dos principais propósitos do convento da Soledade era resguardar as mulheres dos perigos do mundo profano e para isso deveriam as reclusas ficarem isoladas, mantendo-as longe das coisas terrestres, para fortalecer o frágil caráter feminino.

Para forjar e formar vocações era preciso que elas se distanciassem do mundo profano e dos perigos das tentações carnis, se dedicando totalmente ao mundo espiritual, entregando-se a Cristo e viver só para religião.

A honra da mulher era antes de mais nada algo sobre a qual se empenhavam todos os homens e também as instituições por eles representadas: A Igreja e o Estado. A honra feminina configurava-se então como um bem pessoal de cada mulher uma propriedade da família, porque poderia atingi-la e também um bem público, porque estava em jogo a preservação dos bons costumes exigida pelo código moral. (ALGRANTI,1993, p.113).

A família, a Igreja e o Estado, tinham o dever e a obrigação de controlar e proteger a honra feminina, sendo que o controle devia ser mais rigoroso em razão da suposta inferioridade e fragilidade física e moral da mulher. Controlando-a, estariam evitando que a mulher trouxesse a desonra para ela, para a família.

Além do patrimônio ou rendas vitalícias para o sustento da instituição, as reclusas desenvolviam trabalhos artesanais, como fabricação de flores artificiais, doces, bordados, guirlandas para enfeitar vestidos, rendas, e tudo que confeccionavam eram comercializado, facilitando assim a prática comercial para que as reclusas aprendessem a relação entre matéria prima, os custos com a produção, para daí calcularem os preços; como se tratava de uma atividade interna nunca houve interferência da arquidiocese. Ferreira salienta:

Aqui trabalha-se com toda perfeição em diversas galanterias de penas das lindas aves do país, como sejam penachos ou espanadores: ramos para jarros; festões para altares, guarnições de muito gosto e valor para vestidos de mulheres, tudo na maior delicadeza e primor. Bordam de agulha, cozem, fazem doces e outras iguarias, perfeitamente. (FERREIRA, 2006, p.56).

O convento da Soledade embora fosse adepto as diversas práticas devocionais coletivas tais como: missas, procissões, bênçãos, profissão de votos, ingresso de noviças, funerais e festas dedicadas aos santos/santas protetoras e padroeiras, iam além dessas festividades sagradas e envolviam-se com o festivo e o lúdico primando pelo luxo e ostentação.

As religiosas organizavam diversos festejos religiosos além do culto à patrona da instituição Santa Ursula, e à fundadora da ordem Santa Ângela Merici e ainda promoviam a festa de Nossa Senhora da Soledade e do Coração de Jesus. Essas devoções fortaleciam a vitalidade da comunidade religiosa, abriam o convento para que todos pudessem conhecê-lo, mas por outro lado quebrava o isolamento e, portanto fragilizava o “estado da religião”, pois as religiosas tinham contato com pessoas de sexo masculino, com o mundo exterior.

As religiosas se dedicando a vida contemplativa vivenciavam prolongados momentos de orações, mortificações, sacrifícios, autoflagelação, leitura de livros pios, exames de consciência, confissões, comunhões e exercícios de meditação e todos esses rituais eram realizados pelas recolhidas que abraçavam o casamento com Cristo, para atingir o caminho da perfeição. Assim,

Essas práticas devocionais eram prescritas às religiosas para que alcançassem o estado de perfeição exigido para as esposas de Cristo, conforme definido no estatuto: *“É fará a todas as fiéis a Jesus Cristo e verdadeiras esposas suas e dignas do título e nome de filha da virgem Santíssima da Soledade”*.(FERREIRA, 2006, p.126).

Tal prática devocional era feita com total desligamento das coisas terrestres, provocando um estado de êxtase nas religiosas. Nessa experiência mística, o relato de Santa Teresa demonstra a intimidade com Cristo:

Nunca se amou tanto como te amo agora! Meu guia! Meu pai! Meu Deus! Meu dulcíssimo Jesus, por que não me purificas com um só beijo, um só, dos teus lábios vermelhos? Seria desde então a tua mais fervido crente o teu mais devotado adorador. Um beijo da tua boca seria a minha alta recompensa! Ama-me dulcíssimo Jesus.(FERREIRA, 2006, p.122).

Esse exercício espiritual era praticado individualmente na cela pelas religiosas, e não era bem visto pelas autoridades eclesásticas, temerosos dos excessos das orações e mortificações para uma imaginária relação com o corpo de Cristo. Assim,

o Arcebispo determinou às religiosas das Ursulinas que fizessem as rezas em coro, em grupos. E encaminhou um ofício nos seguintes termos:

Estão obrigadas, todas as religiosas, sob pena de pecado mortal a rezar o ofício de Nossa Senhora no Coro, juntamente com as demais religiosas. Só estarão liberadas aquelas que por motivo de enfermidade estiverem impedidas.(FERREIRA, 2006, p.123).

Nesse estudo mostramos alguns exemplos de práticas educacionais presentes no Convento da Soledade, que tinha uma educação voltada para modelar as meninas e moças para desempenhar o papel de submissas como esposas e mães.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado todo o processo da educação feminina dada a mulher na sociedade patriarcal colonial e nos mostra o quanto esta sociedade preconceituosa excluía a mulher do seu processo de desenvolvimento político, econômico e social.

Apesar de viver em um sistema opressor patriarcal, a mulher sempre buscou ocupar o seu espaço, inicialmente na família, mesmo de modo submisso, subjugado ao pai e esposo e ainda assim, não desistiu de lutar pelos seus sonhos e desejos. Aos poucos, mas com muita luta de forma condicionada, procurou sob diversas formas de libertar-se dessa condição de submissão, tentando desfazer esse mito constituído pela sociedade patriarcal.

Através das leituras percebemos os diversos papéis exercidos pelas mulheres e o quanto eram importantes na sociedade; o seu papel relevante na família, mesmo sendo submissa era ela quem comandava tudo dentro de casa, a educação dos filhos, o comando dos seus escravos e tudo que se relacionava com o lar. Muitas dessas mulheres contrariavam os costumes coloniais e procuravam seguir os seus impulsos e ideais totalmente contrários aos padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal. A maioria eram brancas e de uma condição financeira mais abastada e quando ficavam viúvas prematuramente, tornavam-se proprietárias e geriam os seus próprios negócios; já outras como as negras e pardas pobres batalhavam como quitadeiras, lavadeiras, costureiras, engomadeiras, que vendiam seus produtos para sobreviverem.

A mulher, mesmo sendo considerada um ser frágil e submissa, era o elemento mais importante na constituição e formação da família; a honra da família e a perpetuação da linhagem dependia exclusivamente da mulher.

Para muitas mulheres daquela época, a reclusão era uma das formas de resistência ao poder masculino já que não aceitavam se submeterem aos pais e cônjuges. Algumas mulheres fugiam, se rebelando refugiando-se longe dos pais, e nunca mais davam notícias. Outras para fugir dos conflitos que viviam em família iam para os conventos/recolhimentos onde procuravam abrigo, aceitando a clausura como uma forma sutil e silenciosa de resistência, nos claustros elas se sentiam

donas de si, num espaço só seu, ocupando cargos e funções de poder dentro das instituições, onde realizavam trabalhos artesanais, e tinham um papel definido e respeitado na sociedade. As mulheres que aceitavam seguir a carreira religiosa renunciavam das opções de casar e ser mãe, reafirmando assim uma forma silenciosa de resistência ao controle do homem.

Nos recolhimentos e conventos estava presente a contradição, pois num mesmo espaço viviam as mulheres submissas e obedientes e as mulheres rebeldes e autônomas. Era um mundo religioso e profano, pois preparavam as mulheres para a vida religiosa e ao mesmo tempo educavam as jovens que queriam se candidatar ao matrimônio. Diante da rebeldia daquelas que não acatavam as ordens e normas ditadas ocorriam inúmeras transgressões nos recolhimentos e conventos, provocando verdadeiros escândalos.

A população dos recolhimentos e conventos era composta de mulheres com experiências de vida diferentes, onde ocorriam constantemente transgressões durante as práticas educacionais e religiosas. Apesar da vida dos claustros apresentarem rigor nas suas regras e normas, as reclusas mesmo sendo vigiadas severamente praticavam inúmeras transgressões, sem temer as consequências das autoridades eclesiásticas. Havia muita indisciplina, luxo, ostentação e mordomias. Essas transgressões praticadas evidenciam que o controle rígido e a vigilância permanente nos recolhimentos e conventos não asseguravam a ausência dos desvios praticados por aquelas mulheres que tinham a sexualidade mais acentuada indo ao encontro dos homens que visitavam os conventos e burlavam as regras dessas instituições religiosas, em busca de aventuras amorosas.

O principal objetivo da educação nos Claustros era preservar a virtude e a castidade da mulher, longe do mundo profano, desse modo contribuindo para acentuar as diferenças de sexo, e fazer com que as mulheres jamais conseguissem assumir uma posição de equivalência com os homens; A clausura acabou estimulando a sujeição da mulher ao poder masculino, tornando-a mais submissa, silenciosa, preparando-a para ser uma mulher ideal, ou seja, ser boa esposa, boa mãe, prendada para o lar e cuidadosa com os filhos.

Alguns exemplos de práticas educativas oferecidas às educandas no Convento da Soledade, suas experiências vividas, o rigor da educação recebida, comemoração das festividades, modo de administração do convento, as práticas educacionais e devocionais, e a busca pela perfeição, mostraram que as instituições



religiosas tinham uma forma específica de tratar da educação das mulheres, isto é, o contexto, a realidade são definidores da aplicação das normas.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Manuel José e MELO, Francisco Manuel de. **Carta de guia de casados para que pelo caminho da prudência se acerta com a casa do descanso**. Lisboa, Oficina Craesberiana, 1651.

ALGRANTI, Leila M. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos recolhimentos e conventos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O Sexo devoto**: Normatização e resistência feminina no Império Português XVI/ XVIII. Recife.2003.

ALMEIDA, Suely, **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1992.

ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução**: sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORE, Mary Del (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/ Editora da UNESP,1997.

\_\_\_\_\_. **O Teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Ed. 3ª. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.

ARCENIAGA, Manuel de. **Método de prática de hacer fructuosamente confesión general**. Madrid. Roman Ruiz. 1724.

AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. São Paulo, Cultrix, 1980.

BARRETO, Elba S. de Sá (coord.). **Mulher brasileira**. Bibliografia anotada. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e Educação**: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras. São Paulo: Ícone, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. **Estudos sobre mulher e educação**: algumas questões sobre o magistério. In Cadernos de Pesquisa. São Paulo: FCCH, nº 64, 1985.

CHARLES, R. Boxer. **A mulher na expansão ultramarina ibérica**. Lisboa, 1977.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. In DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/ UNESP, 1997.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

DAUPHIN, Cécile. "Mulheres". In LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. **A nova história**. Coimbra, Almedina, s/d.

DEL PIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

EXPILLY, Charles. **Mulheres do Brasil**. São Paulo, 1931.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Mulher e Pedagogia: um vínculo re-significado**. Salvador: Helvécia, 2005.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita**. Dissertação de Mestrado, Salvador, Mestrado em História/UFBA, 1994.

FERREIRA, Adínia Santana. **A Reclusão Feminina no Convento da Soledade: as diversas faces de uma experiência(Salvador século XVIII)**. 1994. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FIGUEIREDO, Luciano R. de. **Mulheres em Minas Gerais**. In DEL PRIORE, Mary(org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto, **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Brasília, INL,1977.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer Das Mulheres de Elite em Salvador(1890-1930)**. 1997. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

LEITE, Miriam Moreira. **História das mulheres**. Revista USP. Dossiê Nova História. São Paulo: USP/CCS, nº 23, setembro/novembro, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Dupla documentação sobre mulheres no livro das viagens, 1800-1850.** Em Bruschine e Rosemberg (Orgs). *Vivência – história, sexualidade e imagens femininas.* São Paulo, Brasiliense, 1980.

LEWKOWICZ, Ida. **As mulheres mineiras e o casamento:** estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. In *Revista de História.* São Paulo: UNESP, n° 12, 1993.

\_\_\_\_\_. **Vida em família.** Caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). São Paulo: USP/FFLCH. Tese de doutoramento, 1992, mimeo.

LÔBO Yolanda, LIA Faria (Org.). **Vozes femininas do Império e da República.** Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na Sala de Aula. História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

LOMBARDY, José Claudinei e SAVIANI, Demerval (org.). **Navegando pela história da educação brasileira:** 20 anos de Histedbr. São Paulo, Autores Associados, 2009.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa- formação.** Brasília: Líber Livro Editora, 2º edição, 2010.

\_\_\_\_\_. **Currículo: campo,** conceito e pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 3º edição, 2009.

MACHADO, Antônio de Alcântara. **Vida e Morte dos bandeirantes.** São Paulo. *Revista dos Tribunais*, 1929.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, século XIX:** uma província do Império. Rio de Janeiro, 1992.

MENEZES, Albene Miriam F. (Org.). **História em movimento(temas e perguntas).** Brasília, Thesaurus, 1997.

MOURÃO, Paulo K.C. **O ensino me minas gerais no tempo do império. Belo Horizonte:** CRPE, 1959.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Meninas e Meninos Na Escola:** A Modelagem Das Diferenças. **Textos de história.** V.8, N° 1/2, 2000.

\_\_\_\_\_. **Um toque de gênero:** história e educação em Minas Gerais(1835-1892). Brasília: Editora Universidade de Brasília. FINATEC, 2003.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **O covento do Desterro da Bahia**. Salvador. Industria e Comunicação, 1973.

PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens**: um estudo do cotidiano do colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, 1988.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação da mulher na colônia**. São Paulo: Artes e Ciências, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mulheres educadas na Colônia**. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos: **A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília, Edunb, 1981.

SAFFIOTI, H.I.B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAVIANI, Dermeval e colaboradores. Os Sentidos e as Experiências. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, A imagem da concubina no Brasil colonial: ilegitimidade e herança. Em COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina(Eds.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo, Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989.

\_\_\_\_\_. **Cultura no Brasil colônia**. Petrópolis, 1981.

\_\_\_\_\_. **Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial**. Revista de História, São Paulo, 1977.

\_\_\_\_\_. **História da Família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello. **The Brazilian Family**. In T. Lynn Smith e A. Marchant (eds.),1972.

SWIN, Tania Navarro (Org). **Feminismos: Teoria e Perspectiva**. Textos de Histórias: Revista de Programação da Pós Graduação em História da UNB, Brasília: UNB, 2000, vol. 8, n. 1/2.

VEIGA, Cintia Greive. **Historia da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.